



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 09/15
2015-09-30

ATA Nº 09/15

4ª Sessão Ordinária

30 de setembro de 2015

--- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- 1. Expediente e informações.-----

--- 2. Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

--- 3. Apreciar e votar a proposta para alienação em hasta pública do prédio sito na Rua Conselheiro Segurado, nº 1 a 5, tornejando com o Largo Rainha D. Amélia, nº 45 em Sintra, designado por “Hotel Netto”, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 773-P/2015.-----

--- 4. Apreciar e votar a delimitação como Área de Reabilitação Urbana do BAIRRO VALE DE MOURA, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 752-P/2015.-----

--- 5. Apreciar e votar a proposta aquisição de parcelas de terreno e a sua afetação ao domínio público municipal, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 754-P/2015.-----

--- 6. Apreciar e votar a proposta de repartição de encargos para o ano de 2016, constante do anexo I, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 756-P/2015.-----

--- 7. Apreciar a informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira da Câmara Municipal de Sintra e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, nos termos da alínea e) do artigo 77º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, acompanhada dos documentos de gestão reportados ao primeiro semestre de 2015 (Propostas nº 722-P/2015 e 723-P/2015).-----

--- 8. Tomar conhecimento das contas semestrais, nos termos das alíneas a) e b) do artigo 25º da Lei nº 75/2013:

a) Proposta nº 721-PM/2015 – EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra;

b) Proposta nº 719-P/2015 – EDUCA (sociedade em liquidação);

c) Proposta nº 720-P/2015 – HPEM (sociedade em liquidação);

d) Proposta nº 748-P/2015 – SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação).-----

--- 9. Tomar conhecimento dos documentos de gestão reportados ao exercício económico de 2014, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013:

a) Proposta nº 617-P/2015 – AMTRES;

.../...

b) Proposta nº 650-P/2015 – Associação Centro Ciência Viva de Sintra.-----

--- Presentes, dos Membros da **Mesa**, o Deputado Domingos Linhares Quintas, Presidente da Assembleia; e os Deputados Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrés e Rui Miguel Magalhães Castelhanao, respetivamente, 1ª e 2º Secretários.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: Sara Mariano Godinho; José Miguel Portelinha Vaz; Cristina Sofia Nunes Mesquita; João José Meira Coelho; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Ramiro da Silva Ramos; Maria Helena Correia Pissarro Cardoso e Filipe Dias Barroso.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal SINTRENSES COM MARCO ALMEIDA – **SCMA**: António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia; Nuno Miguel Costa Figueira Santa Cruz Lopes; Francisco Hermínio Pires dos Santos; Maria Antónia Nicolau Miranda Cerca; José Alberto dos Santos Carvalho; Domingos Manuel Miguel Rodrigues; Ana Paula Pereira Amôr de Moura Catarino; Rui Jorge dos Santos Anunciação e Basílio Jorge Martins.-----

--- Pelo Grupo Político do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Ana Isabel Pais Pacheco Valente; Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães; Diogo da Rocha Geraldes e Rita Susana Mendonça de Barros Vasconcelos.-----

--- Pelo Grupo Político da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: Rogério Duarte Cassona; Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro; Inês Regina Moreira Antunes ; Mário Filipe Ilhéu Condessa e Teresa Marina de Lemos Ricardo.-----

--- Pelo Grupo Político do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: João Elviro Matilde da Silva e Jorge Emanuel Gomes da Silva.-----

--- Pelo Grupo Político do CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Luís Manuel Ferreira Fernandes.-----

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Valter Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Fernanda Maria Silva dos Santos Anunciação – Casal de Cambra; Rui Franco dos Santos – Colares; Arménio Monteiro da Silva – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; Paulo Adrego – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; Manuel Agostinho Lourenço Marques – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão – União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; Eduardo Duarte Casinhas – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).-----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José Costa Pereira; Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, Eduardo Jorge Glória Quinta Nova, Marco Paulo Caldeira de Almeida, Carlos Parreiras Fernandes, Maria Paula Gomes Pinto Simões, José Pedro Dias e Cunha Matias da Silva, Luís Manuel Pires Patrício, Paula Sofia Barreirão Neves e Pedro Manuel da Costa Ventura.-----

--- COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA.-----

--- O Presidente da União das Freguesias de Cacém e São Marcos fez-se representar na presente Sessão pelo Senhor Paulo Adrego.-----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mouro fez-se representar na presente Sessão pelo Senhor Arménio Monteiro da Silva. -----

--- O Presidente da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão fez-se representar na presente Sessão pelo Senhor Manuel Agostinho Lourenço Marques. -----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal António Luís Lopes, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista – PS, para a presente Sessão, pela Deputada Maria Carmen Dominguez Alvarez de Fontoura Fernandes. -----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto, do Grupo Político Municipal do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Filipe Dias Barroso.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal António D’ Orey Capucho, do Grupo Político Municipal “Sintrensens com Marco Almeida” - SCMA, para a presente Sessão, pelo Deputado Rui Jorge Santos Anunciação. -----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal, Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas, do Grupo Político Municipal “Sintrensens com Marco Almeida” - SCMA, para a presente Sessão, pelo Deputado Basílio Jorge Martins. -----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal António Filipe Gaião Rodrigues, do Grupo Político Municipal da CDU, para a presente Sessão, pela Deputada Diana Manuel Silva Santos Simões. -----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Diana Manuel Silva Santos Simões, do Grupo Político Municipal da CDU, pelo Deputado Miguel Brás Lourenço Carretas. -----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Miguel Brás Lourenço Carretas, do Grupo Político Municipal da CDU, pela Deputada Teresa Marina de Lemos Ricardo. -----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Maria Helena Oliveira e Carmo, do Grupo Político Municipal do Bloco de Esquerda - BE, para a presente Sessão, pelo Deputado Jorge Emanuel Gomes da Silva. -----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de **43** deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- Foi declarado o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.**-----

--- O munícipe **Bento da Conceição Correia**, Presidente da Cooperativa de Habitação “O Nosso Lar”, referiu: A Cooperativa “O Nosso Lar”, sediada há 38 anos em Queluz, apresentou há dias um memorando do qual deu conhecimento público, assim como deu conhecimento a todos os autarcas de Sintra, com a intenção de dar o seu contributo para o levantamento das carências do espaço público da Quinta do Mirante, urbanização construída por esta Cooperativa em Queluz há já muitos anos. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara visitou a Quinta do Mirante e pôde confirmar por si mesmo, tudo o que destacamos nesse mesmo memorando. Foi pena não ter conversado com a Cooperativa, mas a forma como tudo se desenvolveu não deixou qualquer hipótese para isso. Está agora para confirmação uma reunião com o Senhor Vereador Eduardo Quinta Nova, onde esperamos poder conversar sobre os treze pontos que contém o memorando, de forma que as nossas opiniões possam finalmente ser ouvidas. Há mais de trinta anos que esta Cooperativa se relaciona diretamente com a Câmara de Sintra, com os seus Vereadores e com o Presidente, em cada momento, em exercício. Esse relacionamento vem desde que a Câmara cedeu há Cooperativa um direito de superfície para a construção de habitações no concelho com a validade de setenta anos; vem desde que a cooperativa construiu no concelho de Sintra mais de 660

fogos para ajudar a superar aquele que era um dos problemas mais graves do concelho há cerca de quarenta anos; vem desde que, por interesse mútuo, tem existência entre a câmara e esta cooperativa um acordo de prestação de serviços na área dos espaços verdes assinado há cerca de quinze anos. É em nome desse relacionamento antigo de interesse mútuo, baseado no respeito entre as partes, que temos procurado ser ouvidos pelo Senhor Presidente da Câmara em exercício. Insistimos sobretudo a partir do momento em que nos apercebemos que esta Câmara quer reverter esse direito de superfície quando apenas passaram trinta um anos, e que essa reversão vai fazer com que as casas, que os moradores da Quinta do Mirante compraram à cooperativa em direito de superfície, passem em conjunto com os terrenos para o domínio público. Não se trata da Câmara querer as casas que são das pessoas, mas sim, do tipo de cedência do direito de superfície lavrado em 12 de julho 1984, no notariado privativo da Câmara, com escritura pública assinada pelo Presidente da Câmara e pela direção da Cooperativa. É por isto que este título não deve reverter para a Câmara sem que tenham sido vendidos os terrenos a preços sociais aos moradores proprietários de casas no Bairro da Cooperativa da Quinta do Mirante. É por tudo isto que achamos que a Câmara deve mesmo conversar com a Cooperativa, pois não se mexe num título assinado por duas partes, sem que a outra parte seja tida na devida consideração. Existem ao nosso ver duas formas de responder ao problema que está criado. Substituir o título por um outro por consenso entre as duas partes ou realizar a venda dos terrenos aos interessados para depois o título cessar as obrigações descritas e extinguir-se por si mesmo. Qualquer outra forma de mexer no título do direito de superfície não vai no sentido de resolver a situação. Está, isso sim, a criar atritos de todo desnecessários. O meu obrigado a todos, esperando que tenha clarificado esta situação que já se desenvolve há algum tempo e que nos parece que não está a ser entendida devidamente por esta Câmara Municipal. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Quando foi a minha visita ao Pendão a Cooperativa foi avisada que eu ia e convidada a participar. Disse que os seus sócios estavam ocupados e que não podiam participar. Entretanto eu visitei a Cooperativa e vi com os meus olhos uma falsa informação que a Cooperativa dá aos seus sócios, e isso é grave e pode vir a ter consequências. A cooperativa diz aos sócios que a Câmara quer, como foi aqui dito, a reversão dos terrenos. Isso é uma mentira. Desde o primeiro momento que nós, depois de tantos anos em que a Cooperativa manteve esta situação, temos o Dr. Carlos Vieira a fazer o levantamento de todos os proprietários para que a Câmara lhes possa vender, por um preço simbólico, o direito de propriedade. É isso que vai acontecer. A Câmara vai vender por um preço simbólico o direito de propriedade a cada um dos proprietários. A Cooperativa vendeu apenas o direito de superfície. Contactei com uma proprietária que disse que quando comprou não tinha sido esclarecida desse facto. Disse-me isso a mim, não sei se foi se não, não me interessa. Eventualmente outras instâncias poderão interessar-se por isso. Agora, dizer à população que a Câmara queria a reversão é uma mentira total que desacredita a Cooperativa e que põe o contacto entre a Câmara e a Cooperativa claramente em crise. Isso é uma mentira e nós vamos reunir os proprietários todos e esclarecer a mentira que a Cooperativa lhes disse. Segundo ponto, o problema que fez a cooperativa zangar-se e tomar atitudes que eu me abstenho aqui de comentar, o problema do acordo que tem para os espaços verdes, foi termos dito que legalmente não podia ser mantido este acordo. A lei proíbe que a Câmara faça acordos com entidades com fins lucrativos e a Cooperativa é considerada em termos da lei uma entidade com fins lucrativos. É ilegal manter este acordo. Isto foi dito, são os juristas que o dizem, que o escrevem, e foi dito que nós não podemos manter esse acordo. Se a Cooperativa tinha problemas na altura com o fim do acordo podia dizer: “se a lei não permite diga lá como nos pode ajudar de outra maneira”. Mas não, não disse isso e vem aqui outra vez dizer que a

.../...

Câmara vai acabar com o protocolo. E vai, porque não pode fazer de outra maneira. Aliás queria dizer o seguinte: a Câmara vai assumir, ela própria, o problema da administração dos espaços verdes. Está um concurso aberto e o preço que vai ser feito é extremamente inferior àquele que a Cooperativa recebia. Extremamente inferior, como irá ser informado. E portanto nós temos aqui esta questão em síntese. Aquilo que é importante para as pessoas é que cada um dos proprietários vai ter finalmente a sua situação esclarecida, a Câmara fará as escrituras, venderá por um preço puramente simbólico e se o proprietário não poder pagar logo, paga em três anos ou em quatro. Nós queremos que as pessoas tenham tranquilidade e vivam tranquilos nas suas casas e por isso far-se-á a escritura de cada casa. Dizer que a Câmara queria retomar o terreno é qualquer coisa que me indignou profundamente. Quando vi aquilo pespegado ao pé do moinho, a informação: “a Câmara quer retomar os terrenos” ...eu acho que há limites para tudo, inclusivamente para as mentiras. A Câmara não quer retomar os terrenos, a Câmara vai corrigir, passados que são tantos anos, uma situação que já devia estar corrigida há muito tempo. Não percebo porque demorou tanto tempo para que a Câmara dissesse quanto é que custa a propriedade simbolicamente, fazer as escrituras e resolver esse assunto. É o que nós queremos fazer. O Dr. Carlos Vieira tem esse processo, todo e qualquer problema que exista nessa matéria o contato é o Dr. Carlos Vieira e será resolvido imediatamente. Eu quero resolver esta questão no mais curto espaço de tempo. Quanto ao problema da Cooperativa, nós não podemos assinar o que legalmente não é possível. Se a Cooperativa quiser ajudar neste problema, que é legalizar aquilo que não foi legalizado até agora, a Cooperativa é bem-vinda a um trabalho sério. Se não quiser legalizar nós contataremos diretamente os proprietários e faremos a legalização. -----

--- O munícipe **Guilherme Jacinto Leite** referiu: Quero agradecer a oportunidade de aqui falar ao abrigo, creio eu, do art.º38 do Regimento da Assembleia Municipal, e venho aqui para dar os parabéns à Câmara Municipal de Sintra na pessoa do Senhor Presidente. Venho aqui para dar os parabéns pelo Museu das Notícias que é uma coisa que eu sempre achei que fazia muita falta em Sintra. É verdade. E ponho-me na pele de um turista que venha de Nova Iorque, ou de Washington, ou de Paris, o que essa pessoa vai querer ver em Sintra com certeza são notícias. Vem sedenta de ver isso. Qual Castelo dos Mouros, qual Pena. A Pena, ainda por cima, uma coisa feita por um Austríaco que ainda por cima dizem que era “Maçon”, isso é uma coisa que ninguém vai querer ver. O Castelo dos Mouros, um povo quase tão antigo como os Saloios, quem quer ver uma coisa dessas? E ainda bem que vem para ali o Museu das Notícias, porque eu numa altura, numa fase parva da minha vida, que a gente nem sempre tem a cabeça no lugar, andava com ideia que Sintra precisava urgentemente de um Museu da Cultura e do Povo Saloio. Andava com essa ideia, mas estava errado, cada amigo meu a quem eu ia dizer isto: “não achas que devíamos ter um Museu do povo Saloio em Sintra?” Eles diziam que a Sintra o que faz falta é o Museu das Notícias! Até o meu tio que tem 90 anos, fui lá a casa e disse: “tio veja lá esses arados, as coisas antigas têm que se preservar, não vá alguém um dia querer fazer um museu”. Ele dizia: “O que faz falta a Sintra é o Museu das Notícias!” Eu rendi-me. Ainda bem que o meu tio é analfabeto, porque também se passasse ali em frente onde vai ser o Museu das Notícias não ia saber o que lá está escrito porque só está escrito em Inglês. E há outra coisa, naquelas paredes a gente vê o Expresso, a Visão, o Diário de Notícias, mas ninguém consegue ver o Jornal de Sintra, o Jornal da Região, ou o Correio de Sintra. Eu venho aqui humildemente oferecer cerca de 5 mil vídeos que humildemente a Saloia TV, sem apoio oficial de ninguém, já tem feito nos últimos 6 anos. Estão oferecidos. E venho sugerir que nesse Museu haja também uma parte, por exemplo, pôr o “Avante Clandestino”. Eram notícias na altura escritas em “papel de mortalha”, o Senhor João Silva é capaz de arranjar ainda algumas publicações dessa altura, que irão fazer parte do Museu das Notícias,

.../...

que realmente é uma coisa que fazia aqui bastante falta, e portanto, eu agradeço. Mas depois pus-me a pensar: mas Sintra, quem vem aí à tarde, está a abarrotar de turistas, será que o museu de Sintra faz falta para atrair mais turistas? ou o museu só veio para Sintra porque já cá havia muitos turistas. É Sintra que faz falta ao Museu das Notícias, ou é o Museu das Notícias que faz falta a Sintra? Também quero dar os parabéns porque foi bem entregue. Uma Associação constituída à última hora por um senhor bastante conhecido, Luís Paixão Martins, que só não é o maior lobista do país porque a atividade do lobby não é legal em Portugal, porque se não seria. Mas está bem entregue, é uma pessoa que dirige campanhas políticas, campanhas de empresas, etc. Está bem entregue, não vá ser preciso alguma reeleição de Sintra a Património Mundial, enfim eleição até de coisas a que Sintra se possa candidatar a nível internacional. Portanto os meus parabéns e finalmente há qualquer coisa em que estou de acordo. -----

--- Foi declarado o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**.-----

--- O **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão**, referiu: Na sessão realizada em junho entreguei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e fiz uma intervenção nesta sala sobre os crimes ambientais praticados na Suigranja e na Pedreira de Lameiras. Gostaria de saber se, da parte da Câmara ou da Assembleia Municipal, existe algum desenvolvimento sobre estes crimes ambientais e acrescentar dois dados novos, sendo que um deles é igual porque na Pedreira de Lameiras continua tudo na mesma. Penso que existe uma licença de utilização e de reciclagem, mas a reciclagem, passados três meses, continua a não ser feita nessa pedreira. Trata-se de um crime ambiental e não existem palavras para descrever o que continua a passar-se naquela pedreira.-----

--- Em relação à Suigranja há um dado novo. Fico muito contente porque os responsáveis – os donos ou quem gere essa empresa – conseguiram fazer uma coisa diabólica: Conseguiram fazer com que não haja escorrências para a ribeira, porque há três semanas que anda um trator, das 7:00 às 20:00 horas, que conseguiu despejar as baías de retenção para todos os terrenos limítrofes que existem, poluindo aqueles campos todos. É um cheiro horrível, que se consegue cheirar na Terrugem e em Vila Verde. Já não são apenas os desgraçados que vivem ao pé da exploração que conseguem cheirar, mas agora quem vive na Terrugem e Vila Verde também tem direito a este cheiro de manhã à noite! Gostaria de chamar a atenção aos Senhores Deputados que, a partir do momento em que tiveram conhecimento disto em junho, são tão responsáveis quanto eu para que esta situação continue a acontecer.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação à SUIGRANJA, o Ponce Leão não tem mais preocupação do que eu, a mesma. O que nós fizemos em relação à SUIGRANJA foi lá ir na altura, foi levantar o auto e participar ao Ministério Público, como devíamos fazer. E o Ministério Público o que vem dizer é que a SUIGRANJA está completamente legalizada e não pode fazer nada. E então o que é que nós temos vindo a fazer? Temos mandado lá, sempre, a Polícia. A Polícia levanta autos e manda para a APA. A tutela sobre aquele crime ambiental não é da Câmara, é da APA, nós mandamos para a APA e insistimos com a APA para fazer alguma coisa. Nós não podemos fazer mais nada, eu lamento imenso a situação da SUIGRANJA, agora lamento quem a autorizou, quem autorizou ali, isso lamento, muito, connosco não seria autorizado. Agora lamento também as pessoas que fizeram lá o prédio depois de ela lá estar, mas lamento ainda mais é quem já tinha lá os prédios e leva com aquilo em cima. Estou perfeitamente de acordo consigo. Agora o que é que podemos fazer mais, diga Ponce Leão, a responsabilidade das multas é da APA, o Ministério Público diz que está

.../...

legal, o Dr. Paulo tem acompanhado juridicamente tudo. Não podemos fazer mais nada, o que é que a gente pode fazer? É lamentável, você tem toda a razão, ainda bem que traz aqui isso. Agora temos eventualmente que escrever à APA, insistir com a APA, para ver o que têm vindo a fazer. Talvez pegar no conjunto de participações que foram feitas e perguntar o que aconteceu às participações que mandamos. Da parte da Câmara não podemos fazer mais.-----

--- Foi apresentada uma moção, subscrita pelo Grupo Político da CDU, sobre a “Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa” (**doc. nº 1**).-----

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Queria começar, antes de me debruçar sobre a Moção que foi apresentada pelo grupo político do PCP- PEV, queria aqui deixar um facto que hoje ocorreu e que não podemos deixar de relevar, porque dia 30 de setembro 2015, é o dia em que o FMI encerra o seu escritório em Portugal. Se em 2011 todos assistimos consternados à vinda dos homens de preto, como em 1979 e 1984, tinha vindo a senhora de preto, 30 de setembro de 2015, é um dia que nos deve encher de orgulho, porque foi graças sobretudo à resiliência, há força de vontade e ao querer dos Portugueses que passamos este período difícil, que saímos do resgate sem programa cauteloso, sem segundo resgate, sem espiral de coisa nenhuma e o FMI encerrou hoje a sua representação em Portugal. Infelizmente não a encerrou ainda na Grécia, mas esperemos que as coisas corram melhor para a Grécia com este terceiro resgate. Relativamente à moção da situação dos refugiados emigrantes na Europa, como já disse aqui na última assembleia, a minha bancada e eu pessoalmente vejo com imensa apreensão e com imensa preocupação, um drama que atinge não só os refugiados, mas que também está a atingir a Europa, porque face à dimensão e à forma como está a ser gerido o problema, nunca a Europa, desde a Segunda Grande Guerra, tinha assistido a um movimento migratório, a um movimento desta dimensão dentro do seu território. Por isso, nós estamos naturalmente preocupados e achamos que os refugiados devem ser recebidos e integrados em Portugal, de acordo com aquilo que foi delineado no último Conselho Europeu, devem ser recebidos com dignidade, devem ser integrados na nossa sociedade, porque receber refugiados não é metê-los em campos, é integrá-los é respeitar a sua dignidade, são pessoas e realmente, isso concordamos com o PCP-PEV, a resposta passa necessariamente pelo respeito dos direitos humanos. Mas como já é habitual, há muitos considerandos nesta moção com os quais nós não podemos concordar, nos quais não nos revemos de forma nenhuma e pensamos ainda para mais que estamos aqui a aproveitar uma situação dramática, de pessoas que estão a sofrer e muito, para lançar uma série de dichotes ideológicos e de ditos panfletários sobre o que se passa nos países de origem destes refugiados e sobre a posição da Europa, a posição dos Estados Unidos e a posição do chamado mundo ocidental face a eles. Naturalmente que erros se cometem sempre, mas eu pergunto também, então e aqueles que fugiam da União Soviética, no tempo antes da queda do muro, então e aqueles que ainda fogem de Cuba, fogem só porque lhes apetece, ou porque também são perseguidos nos seus países por delito de opinião? Por isso não votaremos contra, mas vamos-nos abster nesta moção.-----

--- O **Deputado Basílio Jorge Martins**, do Grupo **SCMA** referiu: Relativamente à moção apresentada pela bancada da CDU, o grupo político que aqui represento não pode votar a mesma favoravelmente, pelas seguintes razões: Em primeiro lugar, porque não se trata de uma moção de apoio aos refugiados, mas sim de um repositório de conceitos marxistas caducos e desajustados da realidade. Por exemplo, quando condena o carácter desumano explorador e agressivo do sistema dominante, o capitalismo, ou quando

pretende reduzir os conflitos que estão na origem das situações que favorecem as vagas de refugiados, a guerras de agressão imperialistas. Em segundo lugar, o que nos parece mais inconcebível nesta estranha moção da CDU, que parece ter sido redigida por comunistas ortodoxos, antes da queda do muro de Berlim, é a esponja que passa sobre as gravíssimas e reconhecidas responsabilidades daqueles que cometem diariamente crimes de guerra ignóbeis, seja o regime ditatorial da Síria, seja os movimentos Islâmicos radicais com a preponderância do auto dominado Estado Islâmico.-----

--- A **Deputada Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães**, do **PSD**, referiu: Gostava de fazer uma breve reflexão sobre este assunto, porque estou a fazer uma tese de doutoramento sobre o sistema Político Europeu e ainda não ouvi, na esfera Política Nacional e Internacional, esta questão. Quem é que está a financiar a vinda destes refugiados. Se há guerra como é que há dinheiro para existirem botes de borracha, para virem? Qual é a questão que está por trás do tráfico humano, quem é que tem interesse? O projeto Europeu era o projeto da unidade na diversidade, um projeto que tem na sua história a construção de paz nesta diversidade, o que está por trás disto? Quais são as potências que têm interesses em provocar esta instabilidade? Agora, o que é triste é que são inocentes que estão em causa e que pagam esta "Realpolitik" que Hans Morgenthau defendia, e penso que existem pessoas na sala que entendem a minha linguagem. Acho que é importante refletirmos todos, como atores e decisores políticos, sobre o que está por trás desta cortina. Será que a Guerra Fria foi só a queda do Muro de Berlim? Deixo esta questão em aberto, porque ainda não ouvi ninguém a refletir e a tratar o assunto assim. -----

--- O **Líder do BE, Deputado João Elviro Matilde da Silva**, referiu: Só para dizer que o Bloco de Esquerda, vai votar favoravelmente a moção da CDU. Aproveitava para dizer, como dissemos na última reunião da Assembleia Municipal, que estamos inteiramente com a Câmara nas decisões que tomou, no seu apoio aos refugiados e nas medidas que está tomando e irá tomar e, portanto, desse ponto de vista, estamos solidários com isso, e solidários com todas as iniciativas de apoio aos refugiados. Mas, é preciso nós também, como já aqui foi dito, chamar a atenção para o seguinte, e foi por isso que eu pedi para vir aqui a esta tribuna, porque só para dar apoio, votava. É preciso que se reflita seriamente no porquê dos refugiados, no porquê daquelas guerras, no porque é que a Síria está como está, porque é que o Iraque está como está, porque é que os outros países, donde estão a caminhar milhares e milhares de refugiados, estão como estão. Ora é isso que muitas vezes se tenta esconder. Quem é que está na base dessas guerras, quem é que hoje continua a vender armamento ao Estado Islâmico, quem é que dá apoio ao Qatar e que deixa estar o Qatar como está, quando toda a gente sabe o que é que o Qatar está a fazer o apoio financeiro ao Estado Islâmico e a outros parecidos. São essas situações que é preciso também que a opinião pública mundial se levante e exija o fim daquela guerra. É que ninguém entende como é que o Estado Islâmico se aguenta ali daquela maneira durante tanto tempo. Então os todos poderosos não podiam há muito tempo ter acabado com aquela situação? Evidentemente que podiam, não estão é interessados, porque a indústria do armamento é a das mais lucrativas deste mundo e outras coisas parecidas. É isso que é preciso também chamar a atenção para estas situações, porque quando se trata de votar moções, uns votam a favor, outros abstêm-se, enfim, se calhar todos estamos de acordo com o problema do apoio aos refugiados, tirando os conteúdos mais ou menos ideológicos das moções, se tirarmos esses conteúdos vota-se unanimemente aqui, agora o problema é que é preciso ir ao cerne das questões, ao fundo das questões e é isso que muitas vezes se esquece.-----

--- O **Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: O CDS vai-se abster nesta

moção, e a razão é simples dentro da complexidade da mesma. Primeiro porque, acima de tudo, foi dito aqui que é preciso ir ao cerne da questão. Por acaso é, mas também é preciso ir ao cerne de como é que vamos resolver esta questão e a Europa não estava preparada, para aquilo que se passou. Morreu muita gente, na água, no Mediterrâneo, morreu mesmo muita gente, morreu não só a criança que todos nós vimos na praia, que nos deve comover, deve comover toda esta questão. Mas há uma questão que eu, não me comovendo, tenho que aplaudir e nem sou do Partido Socialista, mas tenho que aplaudir, porque a iniciativa que foi tomada pelo Vereador Eduardo Quinta Nova, e dou-lhe o meu apreço, porque temos para discutir um regulamento, aliás ninguém aqui falou sobre isso, curiosamente acho que fui o primeiro, por acaso um regulamento que tem, que é base, daquilo que pode ser a resposta dos Sintrensenses para com os refugiados. Eu espero que em cada casa, em cada família, em cada empresa, aqui de Sintra haja respostas positivas face ao que é o drama daquelas pessoas, que não sei, como dizia o outro, se estão bem a ver o que é ter que largar os seus bens, as suas casas, fugindo a algo que leva as pessoas a atravessar o mar, sabendo que podem lá ficar, parte ou e em todo, que depois chegam aqui e não sabem bem como vão ser acolhidos. Foram acolhidos como nós sabemos. Os Húngaros não gostam deles, os Checos não gostam deles, os Alemães assim-assim, por acaso nós gostamos. E é preciso dar o apreço também àqueles que levaram camiões cheios de mantimentos e bens, fizeram mais de três mil quilómetros, são empresários se calhar com problemas, e têm-nos nas empresas, mas não se esqueceram de ir lá dar o seu contributo. Eu costumo dizer, nós somos pobres em termos financeiros, mas somos ricos pela maneira como respondemos sempre quando há estes acontecimentos. Eu acho que isso é o que é importante e deixarmo-nos de politiquices. Desculpem lá, essas questões de invocar aqui se a culpa é dos Americanos ou se é dos Russos ou se é não sei de quem, vamos lá levantar a cabeça, enfrentar as coisas e ajudar quem precisa. Porque hoje são eles, e sabe-se lá, se um dia destes não somos nós.-----

--- O **Líder da CDU, Deputado Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro**, referiu: A apresentação desta moção decorre, enfim, da justeza que a própria justifica, ou que é justificada na própria, sendo mais rigoroso, e do compromisso que aqui manifestamos aquando da última Assembleia de 17 de setembro, creio. E anunciamos imediatamente a apresentação de uma moção, sobre a questão dos refugiados e dos migrantes. Algumas das questões que aqui foram levantadas eu creio que merecem uma resposta serena, porque os factos, porque contra factos há poucos argumentos não direi que não há nenhuns, mas há poucos. Todos nós acompanhamos ou se não acompanhamos deveríamos acompanhar, que a situação em muitos destes países, e um conjunto de grupos ou fações armadas que têm destabilizado países como a Síria, como o Iraque, como o Afeganistão, na sequência de agressões de um conjunto de países chamados ocidentais e civilizados e democráticos, esses grupos não surgem por acaso e não se mantêm por acaso. Aliás eu volto a citar, uma ideia que tinha sido transmitida no dia 16 de setembro, portanto um dia antes, pelo insuspeito, e não é um marxista ortodoxo vindo da queda do muro, não é nada disso, o Senhor Deputado seguramente lembra-se melhor do que eu, mas no dia 16, o Ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, durante algumas das agressões a estes países e, nomeadamente, à Síria, ao Iraque e ao Afeganistão, Luís Amado lembrou que foram estas as agressões que criaram a situação naqueles países e foi o alimentar do conflito com estas fações e grupos internos, terroristas muitas delas, ou na sua esmagadora maioria, pelos atos que praticam, e também pelos objetivos que perfilham, que estão na base da crise dos migrantes e dos refugiados. Isto é a primeira coisa. Eu não consigo responder à Sra. Deputada quem é que está a empurrar este fluxo, e até não vou especular, que é para não me voltarem a acusar de ser um ortodoxo marxista vindo do muro e da União Soviética. Portanto não vou especular,

.../...

longe de mim especular, o que quer que seja, sobre essa matéria. A única coisa que lhe posso dizer é que espero que a sua tese de doutoramento possa encontrar algumas respostas, porque elas de fato são necessárias. Depois preocupam-me os fluxos dos refugiados e de migrantes, enfim, no percurso histórico da humanidade, e preocupam-me os de hoje. Agora estranho um pouco que se fale nas fugas, ou nas alegadas vagas de fuga de outros países, sobretudo quando nós nos últimos anos, numa outra forma de guerra que não de violência, não me obrigue a citar os clássicos ensinamentos militares de Clausewitz, que dizem que a guerra e a política estão irmanadas, só que têm expressões diferentes, isso não é do Lenine como saberá, mas aquilo que me preocupa são os quinhentos mil Portugueses, obrigados a fugir de um país que não está em guerra, é isso que me preocupa, Senhora Deputada, quinhentos mil Portugueses, obrigados a emigrar, isso é que a mim me preocupa. Não sei se tem a contabilidade dos Cubanos que fugiram, como a Senhora Deputada disse. Eu não citarei melhor do que a Agência das Nações Unidas para os Refugiados, ainda liderada pelo Eng.º António Guterres, também insuspeito de ser um perigoso marxista-leninista, que aponta o dedo e apresenta cálculos, a notícia é da Lusa do dia 29, de ontem portanto, aponta o dedo justamente à violência e aos conflitos semeados na Síria, no Iraque e no Afeganistão. Terminaria com duas citações, para não me alongar demasiado sobre este tema. “O imperialismo diminui os países pobres e produz miséria e violência, coloca a periferia em função do centro” e, “A tarefa mais importante que devemos assumir hoje é defender a mãe terra e a solução não está na mão das elites, está na mão dos povos”, não foi nenhum marxista-leninista perigoso que o disse, foi o Papa Francisco no último encontro dos pobres na Bolívia.-----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz**, do **PS**, referiu: Muito simples, em primeiro lugar louvar a atitude da Câmara, que foi pioneira na sua tomada de posição em relação ao acolhimento dos refugiados. Dizer que, genericamente, em relação à moção, pois o Partido Socialista está de acordo com os princípios gerais, alguns considerandos extravasam aquilo que são os princípios, mas enfim, em boa verdade, globalmente concordamos. É isto que nos oferece dizer.-----

--- O Presidente da Assembleia submeteu a votação a moção subscrita pelo Grupo Político da CDU, sobre a “Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa” (**doc. nº 1**).-----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Aprovada por maioria, com os votos contra SCMA; e abstenção do PSD e CDS/PP.-----

--- O **Deputado Francisco Hermínio Pires dos Santos**, do Grupo **SCMA**, referiu: No ano passado o Senhor Presidente da Câmara anunciou nesta Assembleia que, e cito: “Nesta altura temos oito Hotéis que estão em vias de licenciamento, cinco podem ser licenciados este ano e três para o ano quem vem”. Gostávamos de conhecer quais os Hotéis que foram licenciados em 2014 e os que foram licenciados, ou estão prestes a obter licença, no corrente ano. Estava previsto instalar um Hotel em Monte Santos. Pelo que é dado observar esta unidade hoteleira ainda não começou a ser construída ou a sua edificação está suspensa. O que nos pode informar sobre esta unidade hoteleira a Câmara Municipal? Está anunciado que no Palacete da Quinta da Ribafria, será instalado um Hotel, naturalmente de 5 estrelas. Gostávamos de conhecer o ponto da situação em que se encontra a intenção de aproveitar o Palacete e instalações anexas para Hotel. Merece ser destacado que parte da Quinta já foi recuperada no que se refere ao arvoredado que a invadia. No entanto, no Palacete, em que algumas pinturas poderão estar a ser

.../...

recuperadas, estas só estarão protegidas depois de executadas profundas obras nos telhados, nas redes de água, gás, telecomunicações, energia elétrica e outras obras que imóveis desocupados há anos, como é o caso do Palacete da Ribafria, carecem. Senhor Presidente e Deputados da Assembleia Municipal, em 19 de dezembro de 2013 foi-nos dito, aqui, que o Edifício da Gandarinha continuava a ser um imóvel com interesse para ser adaptado a Hotel. Ouvimos então dizer, e vou citar: "Temos conseguido chegar a investidores para que se resolvam os problemas que estão pendentes, como o caso da Gandarinha, e outros, que têm de ter soluções rápidas, não só para podermos constituir um número de camas mais aceitável na dimensão turística que representamos na região de Lisboa, mas também para resolver problemas sérios em que os imóveis em causa hoje se encontram". E na mesma sessão da Assembleia Municipal foi-nos dito que "temos a certeza que no ano de 2014 estarão em curso, em obra, investimentos significativos, nomeadamente no âmbito dos hotéis de 4 e 5 estrelas que é uma carência gritante que nós temos". Que obras estão em curso? Pergunto. A situação do espólio do Arquiteto Bartolomeu Cid dos Santos, ainda não está resolvida. A Assembleia Municipal assumiu o compromisso, por proposta da Câmara Municipal, de expor aquele espólio para usufruição de munícipes e visitantes. Sabemos que o contrato então subscrito entre as partes privilegiava os interesses dos herdeiros do Arquiteto Cid dos Santos, mas esta Assembleia por proposta da Câmara assumiu a receção e exposição do espólio. Se for mais oportuno prosseguir outro caminho, terá a Câmara que propor o que julgar mais conveniente. Diziamos, em 27 de dezembro de 2013, o Senhor Presidente da Câmara sobre este assunto: "Pedi uma análise preambular, feita ao acordo com aos herdeiros, a Câmara terá que fazer algumas propostas, o acordo que foi feito obriga a uma reflexão da Câmara em relação às obrigações que através desse protocolo assume", e referiu ainda que essa matéria será estudada e será obviamente objeto de decisão. A questão mantém-se em aberto, o que a Câmara nos pode dizer neste momento sobre o assunto, dado que já passaram 21 meses.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: É só para dar um breve esclarecimento ao Senhor Dr. Hermínio Santos. Em relação ao protocolo Cid dos Santos, a questão é que esta Assembleia aprovou um protocolo ilegal, como foi dito, claramente ilegal. Foi mais um e portanto não pôde ser aceite, teve que acabar e em relação ao resto o Senhor Vereador Rui Pereira tem acompanhado esta matéria. Agora há uma coisa que o Dr. Hermínio Santos vai ter que entender, nós não podemos fazer, em relação ao Cid dos Santos, uma exposição em que nós temos que pôr as pessoas, em que não há nenhuma contrapartida do outro lado, custa à Câmara muito dinheiro, esta é uma questão que nós temos que pôr em cima da mesa, nós temos muito gosto no espólio do Dr. Cid dos Santos, mas tem que ser um protocolo, primeiro legal, em segundo lugar equilibrado nos interesses em presença, coisa que até agora não conseguimos. E tem que haver inventário, que até agora não existe, que ainda não foi feito e percebe-se porquê, porque há sempre uma indecisão sobre as obras que querem pôr em exposição em Sintra, mas esta é uma matéria que portanto está neste pé. Quanto aos Hotéis, eu vou pedir à Sr.^a Arquiteta que mande uma lista ao Senhor Doutor, dos Hotéis que foram aprovados e aqueles que estão em via de aprovação. Naquilo que tem a ver com a Câmara, nós temos o Hotel "Netto", que está hoje aqui, era nosso, responsabilidade nossa, embora o Dr. Hermínio achasse que não devia ser, já agora, a propósito disso, se tivesse sido do Monte da Lua, que grande imbróglio, nunca mais tinha ali nada, porque aquilo era para ser vendido ao Tivoli, e o Tivoli com sabe desapareceu. Estava tudo errado, o projeto estava todo errado do princípio ao fim, problema gravíssimo que não está ainda resolvido, ainda necessitamos de alguns documentos que não estão prontos, amanhã vou ter uma reunião, porque nós só podemos vender aquele Hotel com o projeto chave na mão e para começar no dia seguinte. Não é

.../...

possível de outra maneira. Entretanto, já agora queria-lhe dizer que em relação à Ribafria a ideia é, realmente fazer um Hotel. Nesta altura o Dr. Rui Pereira está a ver tudo o que é possível fazer lá, quais são as áreas que podem ser feitas lá, há alguns interessados, mas nós temos que ter um grande cuidado com aquele edifício, é um edifício do século XVI, é dos poucos edifícios do século XVI que há no país, e conseqüentemente está a ser restaurado pela nossa escola, e bem. Efetivamente, há pelo menos um interessado nessa matéria, agora nós para pormos em hasta pública aquele Hotel vai demorar algum tempo, quero já dizer isso, vamos ver o que é possível ocupar, em que condições e com que requisitos, a Ribafria será assim. Entretanto, temos já dois Hotéis aprovados, agora nós não somos investidores, nós temos que ver se os investidores querem realmente investir, está aprovada a Gandarinha, está a licença aprovada, pode levantar em qualquer altura. Aliás, vou pedir ao dono que venha falar comigo, para conversarmos um bocado sobre isso, embora ele possa pedir o que entender, mas realmente vamos tentar ver o que é possível fazer com ele diretamente, e também o Hotel da antiga escola foi aprovado. Também uma coisa que estava abandonada completamente, isto é aqui por cima, estava aprovada, tem as telas finais, também para serem aprovadas, portanto é esta a linha. Agora, são investimentos muito vultuosos, milhões, e portanto é preciso ter, enfim, aquilo que é nosso a gente pode fazer, com os investimentos temos que ter algum cuidado. Uma coisa interessante que o Dr. Hermínio disse, que tem a ver com a parte silvícola da Ribafria. Queria dizer-lhe que é um verdadeiro laboratório o que está a acontecer, está a haver cursos lá e cursos interessantes, alunos que vão estudar árvores, 60 miúdos, que estão lá e portanto está-se a aproveitar aquele espaço também como laboratório e como trabalho, é isto que está a ser feito. Mas está bonito o Jardim, a Fonte, a Capela e o Jardim Italiano que estava abandonado completamente.-----

--- **A Presidente da Junta da União de Freguesias de Queluz e Belas, Deputada Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves**, referiu: O que me traz aqui hoje são duas situações muito concretas. A primeira dar a conhecer o facto de que os Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Queluz, num segundo evento que foi feito, "Fire Feather Challenge", foram os vencedores. É um prémio num evento internacional, que agrupa Bombeiros, Sapadores e Voluntários de diversos países e felizmente tenho o prazer de dizer que os Bombeiros da União das Freguesias Queluz e Belas, mas também do Concelho Sintra, foram os vencedores e serão eles que irão representar Portugal, num evento que vai decorrer agora em outubro nos Estados Unidos. Claro que isto também não seria possível sem os apoios que os Bombeiros detêm por parte de diversas instituições, incluindo a Câmara Municipal de Sintra, nomeadamente nos recursos humanos e materiais, todo o esforço que tem sido feito, de fato esta é uma das formas de louvar, agraciar o trabalho dos Bombeiros que até internacionalmente acabam por vir a ser reconhecidos. A outra questão tem a ver com a celebração do contrato programa para o Centro de Saúde de Queluz. Este é um passo que eu considero bastante decisivo, não é o passo final, mas este é um compromisso, um compromisso assumido, que certamente não voltará atrás e que tem tido um empenho muito grande por parte deste município e do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra e do Vereador do Pelouro responsável pela área, no sentido de que se intervenha na construção de equipamentos básicos de saúde necessários e, de facto, não poderia deixar de vir cá referir, porque falta ainda algo mais, mas pelo menos este passo é decisivo.-----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**.-----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do Expediente e Informações (**doc. nº 2**).-----

.../...

 --- A Assembleia tomou conhecimento. -----

--- Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A atividade Municipal corresponde a junho, julho e agosto, três meses, sendo que o mês de agosto, embora sendo o mês de férias, mas está expresso aqui nestas páginas, cerca de 50 julho eu, a nossa atividade. Vou registar apenas aquelas que consideramos mais relevantes. Em primeiro lugar, como foi dito e como tinha sido anunciado foi paga a dívida de 28 milhões de euros ao Cacém Polis, uma dívida paga a pronto, que libertou cerca de três milhões de euros de serviço de dívida, dos quais uma parte de amortização e outra parte de juros. Foi precisamente esses três milhões que foram devolvidos aos municípios através da redução do IMI em dois pontos, a redução do IMI em dois pontos custará cerca de dois milhões e setecentos mil euros e, conseqüentemente, estes três milhões cobrem e há 300 mil euros já de reserva. Queria a este propósito dizer qual é a nossa intenção. O Vereador Luís Patrício na altura fez uma proposta, que imediatamente foi acolhida no sentido de, para o ano, se a situação financeira da Câmara se mantiver, haver uma nova redução, no mínimo de um ponto. Vamos tentar que possa até ser um pouco mais, vamos tentar, vamos ver se conseguimos ter um pouco mais. E depois é nossa intenção deixar a Câmara em situação financeira que permita, nos dois anos seguintes ao fim do mandato, haver novas reduções de IMI de 0,30, e quando se chegar a 0,30 iniciar-se a redução do IRS. É a forma de aliviar os impostos no nosso concelho e é a forma de devolver aos Sintrenses aquilo que nós podemos devolver. Eu quero dizer isto com total abertura, para depois o Dr. Hermínio não vir dizer o que eu disse hoje. Isto só acontecerá se a situação financeira do município se mantiver. Se não se mantiver, obviamente que não pode acontecer. E em condição nenhuma será feito com deslocação de verbas da Solidariedade Social e das verbas do Espaço Público. Queria adiantar-vos, queria participar convosco e dizer-vos o que estamos a pensar fazer aí. Nós em relação à Solidariedade Social, cada ano temos que ter uma verba nunca inferior a cinco milhões de euros. Este ano vamos gastar à volta de quatro milhões e qualquer coisa, digamos à volta de cinco milhões. Obra no espaço público deve ter à volta de cinco milhões também, e temos que ter sempre, por nós, sempre em reserva, qualquer coisa como dez milhões de euros, o que significa que vinte milhões de euros têm que estar sempre cativos na nossa Câmara. O que for acima dos 20 milhões de euros, nós encararemos a hipótese de fazer as propostas necessárias para a redução da taxa fiscal. Começamos este ano e a nossa intenção é seguir nos anos seguintes, é exatamente por isso que a gestão é feita desta forma, a gestão é feita desta forma para possibilitar o alívio da parte fiscal. Este ano são 2 pontos, está resolvido, vamos ver para o ano o que se pode conseguir, será discutido convosco, e já para o ano depois se poderá perspetivar o que é que podemos fazer nos anos seguintes. Mas a orientação que vos queria dizer é esta, para este mandato é esta, e a ideia é deixar tudo pronto para que no próximo mandato esta política possa ser prosseguida, se quem cá estiver entender prosseguir-la.-----
 --- Como já foi aqui dito, negociámos os contratos programa dos Centros de Saúde de Sintra, foi um longo processo, o Vereador Quinta Nova é que acompanhou de perto esta matéria. Finalmente parece termos chegado a bom porto, já temos assinado Aqualva, Algueirão Mem Martins, que é a Messa, e Queluz como foi dito aqui pela Sra. Presidente da Junta. Queluz com uma importância muito grande creio que Aqualva e Queluz serão os primeiros, e Queluz vai ter a Pedopsiquiatria. Há dias encontrei o Ministro numa cerimónia fora da Câmara e ele falava em Queluz, com grande interesse, e disse: “Esta coisa da

.../...

Pedopsiquiatria, cem mil euros, até o Ministério podia...” Senhor Ministro, nós chegamos a dizer que se fosse a Pedopsiquiatria a Câmara pagava os cem mil euros. É tão importante o Centro de Queluz ter a Pedopsiquiatria que a Câmara pagava os cem mil euros. Mas não foi preciso, porque realmente aconteceu aquilo que desde o princípio devia ter acontecido e, portanto, o Ministério assume essas responsabilidades. Portanto, estamos à beira de ter a 1ª pedra em Aqualva e Queluz, na altura será comunicado, esperamos agora que as eleições não mudem nada. Não mudem nada na política obviamente, não nas pessoas, o eleitorado dirá como entender. Mas dizia eu que estamos agora à beira realmente de poder colocar a 1ª pedra. Almargem do Bispo é uma pena, porque estava programada desde o primeiro momento. Nós em Almargem do Bispo temos um problema de desafetação do terreno da REN. Está em curso essa desafetação, há o interesse municipal que já foi dado e portanto agora é uma questão de tempo, para que a desafetação se faça e Almargem possa também vir a ser realidade, porque é uma promessa importante, é uma coisa que ao Rui Maximiano e a nós que nos custa, mas a verdade é esta, não temos culpa daquele terreno estar em REN, até já pensamos se não era bom mudar de terreno, mas isso é uma matéria que nós temos que analisar. Depois para vos dar a ideia que no dia em que a 1ª pedra for posta em Queluz, nós avançaremos com a Estefânia e com Sintra. O Dr. Casinhas já sabe da nossa intenção, nós pagaremos essa obra sem apoio do Ministério. O Ministério dizia que aquilo não podia ser um centro de saúde, agora já diz que pode, foi esse o passo importante, porque se continuasse a dizer que não podia, o Dr. Casinhas nunca tinha ali o Centro de Saúde, mas era importante tê-lo. Dr. Casinhas, já agora que estamos aqui, queria pedir-lhe desculpa por não o ter citado quando abrimos aqui o nosso escritório do Património Mundial, devia ter citado e não o citei porque estava a citar tanta coisa, porque o meu amigo procedeu muito bem conosco na cedência daquelas instalações, não o citei então, estou a citá-lo agora, com os meus pedidos de desculpa, porque merecia ter sido citado. Estas são as negociações dos contratos que estão a decorrer.-----

--- Abrimos a “Quinta Nova da Assunção”, foi um bom momento, foi espantoso ver aquelas dezenas, centenas de pessoas, podemos dizê-lo, a ocupar a Quinta com música, com tudo, foi um grande momento para a Câmara ver as pessoas ali, como também foi um grande momento para a Câmara, já agora, ver os idosos na Ribafria, foi fantástico, várias associações fizeram um grande espetáculo na Ribafria e ocuparam durante o dia inteiro as instalações e foi um bom momento de ver essa ocupação. -----

--- Depois temos a ARU de Mem Martins e Rio de Mouro, muito importante essa ARU, porquê? Porque é desviar o símbolo da ARU da Vila de Sintra para as AUGIS e para o concelho onde as pessoas vivem, Rio de Mouro e Mem Martins. Queria-vos dizer que nesta ARU está descrito no papel tudo aquilo que vai ser feito, a parte do Parque Urbano, toda a cintura, tudo está aqui descrito, vai ter um investimento da Câmara, o nosso investimento são quinze milhões de Euros, são aproximadamente em quinze anos, é um investimento feito em quinze anos, o privado é nove milhões, e da Câmara são cinco milhões e seiscentos, portanto, a Câmara em 15 anos investirá cinco milhões e seiscentos e os privados 9 milhões. Sobre isso queria-vos dar uma informação, que é uma informação importante sobre esta matéria, para se perceber o que é que nós andamos a fazer com os fundos 20 20, que é importante que saibam, a propósito disto porque esta ARU está contemplada nos fundos 20 20. Até agora apresentamos candidaturas ao POR Lisboa, para a Requalificação da Rede Escolar. A Requalificação da Rede Escolar que sei que muitos de nós têm grandes prioridades sobre isso, tem um valor de 5 milhões novecentos e vinte e três mil, despesa ilegível, e a comparticipação será de três milhões oitocentos e cinquenta mil euros, isto é uma parte muito importante. Para a mobilidade territorial, projeto apresentado pelo Vereador Luís Patrício, nesta matéria, nós temos despesas no valor de sete milhões e duzentos e noventa e dois mil euros e uma comparticipação esperada de quatro milhões setecentos e quarenta mil euros. Já são projetos que foram

apresentados e aprovados. Depois os privados têm um conjunto de projetos já aprovados, que vão ser apresentados no Conselho Estratégico Empresarial de sexta-feira, superiores a seis milhões de euros. Agora falta para o POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) e os projetos de Saúde, que também ainda não abriram, nós estamos à beira, assim que abrir nós submetemos os nossos projetos. Isto quer dizer que os nossos serviços nesta matéria são os melhores da Área Metropolitana de Lisboa. Isto não sou eu que o digo, são as pessoas da Área Metropolitana, até o Eng.º Demétrio Alves, nesse aspeto tem razão, quando diz que nós temos os melhores Serviços de Apoio à Estratégia 20 20.-----

--- Depois, nós falamos hoje aqui muito no apoio aos refugiados. Quero dizer ali ao nosso amigo do CDS, que em relação a esta matéria, ouvi a sua intervenção e acrescento o seguinte: ainda antes desta vaga de emigração já Sintra se preocupava com isto, nós tínhamos o Plano Concelhio de integração dos Emigrantes já aprovado no Conselho Local de Segurança Social, e estão aqui pessoas, a Vereadora Piedade, a Senhora Presidente da Freguesia de Casal de Cambra, que assistiram hoje a uma sessão onde estava o Alto-comissário para os emigrantes, e ouviram o que ele disse sobre Sintra, sobre o nosso concelho, o elogio enorme dizendo que é o Concelho do país mais preocupado, o 1º que se preocupou com esta matéria. Honra ao Vereador Quinta Nova e a todos nós que muito trabalho temos feito nessa matéria. Portanto, já aí havia um plano de integração dos emigrantes que já estava a funcionar e que já estava a funcionar transversalmente com a comissão dos refugiados e com o Alto-comissariado para os emigrantes. Agora é outra conversa, porque já não são só os emigrantes, são os refugiados e aí tive a ideia que disse ao Vereador Quinta Nova, nós apresentamos um plano que se chama Plano de Acolhimento de Emigração dos Cidadãos Refugiados. É um plano transversal que tem várias sinergias, que está a ser, como disse e bem, divulgado para ouvir sugestões, agora há duas coisas que vos queria dizer, primeiro nós não iremos dar aos refugiados que entrem, mais do que damos à nossa gente, isso fica claro, nós vamos dar apoio alimentar, como damos à nossa gente, nós vamos dar um teto, como damos à nossa gente, nós vamos fazer a integração na Segurança Social, como fazemos à nossa gente e vamos tentar dar emprego como fazemos à nossa gente, portanto, aqui é igual. E há outra condição que eu disse ao Vereador Quinta Nova, a sugestão que lhe dei, que nós devíamos ter em conta, nós só devíamos receber famílias, não devíamos receber cidadãos isolados. Porquê? Porque todo o nosso plano está feito, para famílias, a habitação é para famílias, não é para cidadãos isolados, o emprego tem a ver com consideração familiar, os bens alimentares a mesma coisa, esta é uma razão, mas também há outras razões, mas esta é a mais importante. O segundo aspeto que com toda a abertura vos queria também dizer, é que nós vamos ter preocupações com a segurança, e no Conselho de Segurança Municipal foi uma das preocupações que eu tive a ocasião de exprimir às pessoas à volta da mesa. As considerações securitárias não devem obnubilar as condições humanitárias e nós não deixamos que isso acontecesse. A segurança não faz esquecer a parte humanitária, mas também não pode ser esquecida, nós não podemos sequer pensar, que nas pessoas que nós generosamente integramos, pode haver alguém, nunca se sabe, que pode não vir com as melhores intenções, e nós temos que estar prevenidos, era o que faltava que nós, pela generosidade do acolhimento, pudéssemos por em causa a segurança nem que fosse de um município nosso. Esse é um aspeto que eu chamo a vossa atenção para as duas coisas, por isso também a integração familiar, nós com a integração familiar temos essa garantia, julgo eu, acrescida em relação à segurança, portanto, esta é a ideia que temos sobre este plano que está a ir para a frente, como sabem cria-se um fundo anexo a este plano, no valor de quinhentos mil euros, espero que não se gaste nada disso, mas é evidente que está lá para o que for necessário. Entretanto, uma outra coisa que vos queria dizer é o seguinte; nós só começaremos a receber pessoas depois de ter tudo preparado para as receber,

.../...

ou seja, esta questão não é uma questão política, eu peço atenção para isto, não tem nada a ver com política, e com o problema partidário muito menos. É uma questão tipicamente e exclusivamente humanitária, não tem outra questão. E portanto nós não podemos estar a antecipar-nos, as pessoas só vêm quando tivermos sítio para as instalar, quando estiver tudo preparado para as acolher, quando tivermos o esquema de integração aprovado, aí as pessoas podem vir. Portanto, o Centro de refugiados já tentou que pudessem vir e o Vereador Quinta Nova disse não, e muito bem, vamos ver, vamos aguardar, e quando as coisas estiverem prontas então as pessoas podem vir. Esta é uma matéria que vos queria dar conta.-----

--- Em relação a outras matérias, temos uma agilização e aceleração da legalização das AUGIS, muito importante, queria-vos dizer uma coisa interessante, nós já demos apoio às AUGIS, não sei se têm consciência disso, num valor superior a sete milhões de euros, ou seja, não é em dinheiro, foi em taxas que não recebemos. Quando se pensa que não damos apoios fiscais, damos. O que são é selecionados e as AUGIS merecem esses apoios e temos dado. Está a correr, ainda agora na última presidência aberta, tivemos duas receções, uma delas que até foi emocionante, porque pessoas que estavam há quinze anos à espera do alvará e algumas há dezoito anos têm agora a sua legalização, e realmente são sempre momentos importantes. O Eng.º Infante tem feito um excelente trabalho aqui, é um grande serviço, foi uma boa deliberação nossa ter criado aquele Departamento.-----

--- Obras de Requalificação da Tapada das Mercês é um problema que nos atormenta tanto, mas quero-vos dizer que as obras dos muros já estão a correr, penso que já estão até praticamente acabadas. Gastamos cerca de quarenta e cinco mil euros nas obras dos muros e agora temos mais quinhentos mil para gastar na Tapada. E queria-vos dizer outra coisa, a Sra. Arquiteta não se vai zangar comigo, eu não resisto, aqui na Assembleia Municipal, a dizer-vos o seguinte, pedia a vossa atenção para isto que é uma matéria importante. Nós temos a Quinta da Marquesa do outro lado. A Quinta da Marquesa, se vocês virem o projeto de loteamento, permite construção até trezentos e quarenta mil metros quadrados, é qualquer coisa de espantoso, é qualquer coisa que vai totalmente contra tudo o que nós desejamos. Quer dizer que nós vamos ter que fazer alguma coisa sobre isso, quero ir já prevenindo que vamos fazer alguma coisa sobre isso, vamos ver em que condições, temos que ouvir os interessados, os Bancos são muito interessados, mas nós não podemos deixar de olhar a isto, nós não podemos ter no Concelho trezentos e setenta mil metros quadrados de construção, ao lado da Tapada das Mercês, não sei se viram, imaginem o que será aquilo, nós não podemos e temos que olhar para isto. E a Sra. Arquiteta e a sua equipa estão a olhar para isto com muito cuidado, ainda hoje assinei um papel que tem a ver com isto e na altura própria a Assembleia Municipal será informada das decisões que irão ser tomadas sobre essa matéria, mas trezentos e setenta mil metros quadrados mais, no nosso Concelho, isso é que não. Temos que ver como, mas nós vamos ter que na altura própria apresentar uma solução. Temos um terreno na Quinta da Marquesa que se amanhã o loteamento for caducado é claro que o valor do nosso terreno também eventualmente ficará em causa, mas não tem importância perante aquilo que temos em cima da mesa. Depois, duas coisas rápidas. Houve apoio aos Bombeiros, importantes. Nos Centros Especiais houve apoios importantes que foram dados, inauguramos o reservatório de Negrais, que é muito importante, quero-vos dizer que foi uma obra que nos custou trezentos e trinta e cinco mil euros e serve mil quinhentos e sessenta e cinco famílias, foi uma boa obra. Tivemos o primeiro aniversário da "Natura PT", uma feira muito interessante com a presença do Secretário de Estado. Depois duas obras de Requalificação que nos encham de vaidade, podemos dizê-lo, obras de Requalificação da Praia Grande, que estão terminadas, grandes obras de Requalificação da Praia Grande, foram seiscentos e tal mil euros gastos, a Câmara ainda não recebeu um tostão, vai receber, mas ainda não recebeu, se nós não

.../...

tivéssemos o dinheiro para fazer as obras, com é que era. Mas estão feitas, foi uma obra muitíssimo boa, hoje parece que é unânime, mesmo as pessoas que tinham algumas dúvidas, hoje acham que a obra é uma excelente obra e, finalmente, o acesso à Praia da Aguda que tinha sido iniciado neste período está completo, ou seja, as pessoas podem ir à praia da Aguda, como já estava também o acesso sul da Praia Grande, todos aqueles acessos que estavam abandonados e fechados, o acesso sul da Praia da Grande, quem vem da Adraga. Praia da Aguda aberto, Praia Grande requalificada, só falta uma que é a Praia da Vigia e nós não desistimos ainda de fazer o acesso à Praia da Vigia que é talvez uma das praias, na minha opinião, mais bonitas do nosso concelho. E o Pedregal, não foi nesta fase, mas também foi, o Plano do Pedregal que está em discussão Pública e que vai dar a resposta aos problemas do Magoito que se arrastavam há longo tempo, não disse aqui, porque não estava em junho, julho e agosto, já foi posterior.---

--- Depois os refeitórios escolares abertos nas férias escolares, já foi dito, ainda não recebemos os últimos três anos, são quase três milhões de euros, que a Câmara avançou e ainda não recebeu, que o Ministério ainda não mandou, mas vai mandar. Portanto, depois tivemos uma boa colaboração, com a DAR e ACORDAR, que é sobre os desperdícios, fizemos um protocolo muito importante. Abrimos dois novos Centros de Reabilitação, aliás muitos de nós estivemos na inauguração, foi a ampliação da CERCITOP do Algueirão, e em Belas a Casa de Saúde das Irmãs Hospitaleiras, foi muito importante. Nas duas estive lá o Secretário de Estado da Saúde, são no conjunto 29 camas de cuidados continuados, muito importante. Reforçamos o Centro de Emergência da Idanha, nesta altura também, como sabem há 56 camas, 13 são nossas, são de Sintra, são 3 habitações que nós destinamos para famílias em crise, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas despejadas, etc., custa-nos à volta de 45 mil euros por ano. Assinamos o protocolo no âmbito de Apoio a Idosos de Aqualva e Mira Sintra. O “Sintra Inclui”, matéria muito importante, promove a integração profissional de jovens com deficiência, já houve integração de 12 jovens, pode ser pouco durante este período, agora são mais 4 na própria Câmara, eu acho que é uma matéria importante, é uma parceria com os pais em rede, que nós damos bastante importância. Entretanto, também durante este período foi inaugurada a Pedopsiquiatria em Queluz, alguns de nós também estiveram lá e vimos a emoção das senhoras quando foi inaugurada. Quero-vos dizer que as mil e quinhentas crianças que vão ser instaladas na pedopsiquiatria de Queluz, há três Centros de quinhentos cada um que já estão a apoiá-las, ou seja, não estão sem apoio, o que ficam é concentrados depois no Centro de Saúde de Queluz, mas este Centro é de quinhentas crianças e há mais dois com quinhentas cada um, é bom que saibam que as crianças não ficam sem apoio.-----

--- Depois foi assinado, importante, um protocolo com duas associações, o Moto Clube de Sintra, finalmente depois de tantos anos, correspondia a uma promessa nossa, e também o Danças com História. Ficarão duas Associações no espaço que era dos Bombeiros de S. Pedro de Sintra, abandonado há tantos anos, ficam o Moto Clube de Sintra, o Danças com Histórias e o Teatro de Educação recentemente, ficam três entidades, a Câmara recebe rendas que não são nada de especial, mas há investimento ali e há vida naquele espaço, que são muito importantes. -----

--- Realizamos o Festival Aura - Paisagens de Luz em Sintra, aprovamos o programa de apoio ao movimento associativo do Concelho de Sintra o PAMACS 2015, gastámos cerca cento e cinquenta mil euros no PAMACS 2015 de apoio ao movimento associativo. O Mitos e Lendas, o espaço interativo, não ficou esquecida a Lenda da Regaleira, não ficou esquecida a Lenda da Pena, tudo isso não ficou esquecido, para servir os dois milhões de visitantes que Sintra teve o ano passado e que este ano são mais, dois milhões. Portanto, claro que têm que ter este Museu que é interessante, e à frente vamos ter o Museu das Notícias, que também tem o maior interesse. Claro que não tem interesse para quem entende que Sintra deve-se fechar sobre si própria, não tem interesse nenhum a quem entende que nós temos só

que dizer o que temos cá dentro e não temos possibilidade de abrir ao mundo, abrir à cultura. Para isso é claro que o Museu de Notícias e este Museu são duas abencerragens, o que lá devia estar era o Museu do Brinquedo, isso sim, sem clientes e com a Câmara a gastar 5 mil euros por mês, isso é que era bom. Há dois Museus no mundo, um em Washington outro em “Montpellier”, este Museu era para ir para Lisboa, Lisboa fez tudo para ter este Museu, tudo, e nós conseguimos tirá-lo para cá, porque realmente tem, como se irá ver, uma grande influência, este Museu será o centro, em grande parte, Centro de Imprensa Nacional e Internacional. Lá estará o “Jornal de Sintra”, lá estará o “Correio da Linha”, lá estará o “Jornal da Região”, mas estará ao lado do melhor que há no mundo, do “Frankfurter Allgemeine Zeitung” estará ao lado do “Le Monde”, estará ao lado do “Expresso” e as pessoas que passam podem informar-se, podem ler, podem ver, abrir esta terra ao mundo. Nós temos aqui, como muita honra, os nossos “Saloios”, com muita honra, mas não temos só, temos o resto, temos o nosso património, temos pessoas cultas que querem instruir-se, em Sintra, na Aqualva, no Cacém, na Tapada das Mercês, onde estiverem as pessoas têm o direito aceder a isto e nós temos o dever de lhes dar essa Cultura. Este Museu de Lendas e Narrativas tem sido um sucesso enorme, durante o mês de agosto levou ao posto de turismo duzentas mil pessoas, então pode-se dizer que isto não interessa? O Museu de Notícias vai levar mais, portanto, esta é a abertura do nosso concelho e nós devemos todos ser conhecidos, e não é só a Vila Histórica, é tudo aquilo que o nosso concelho tem, é a integração e a participação das pessoas no conjunto que é o Concelho. Onde temos o Norte onde temos a Indústria, onde temos a Agricultura, onde temos a tradição Saloia, de que nós temos gosto em conhecer, mas não é só isso, temos tudo o resto, isso é a diversidade da nossa terra.-----

--- A Praia Grande acolheu o Campeonato do Mundo de Surf, muito importante também, de abertura ao Mundo. Em Monte Abraão finalmente há um espaço de recreio, são 280 metros quadrados, foi fruto de uma Presidência Abertura, foram 19 mil euros, não foi muito, mas é um espaço para as crianças que estava abandonado e fechado há tantos anos. Abrimos o Centro Cultural Kobayashi, no Parque da Liberdade, também uma boa intervenção, com a Embaixada do Japão muito interessada e muito atuante. Assinámos o protocolo News Museum, já dissemos. Recebemos São Tomé e Príncipe, uma delegação de Mé-Zóchi. Quero vos dizer que estamos a preparar com a AICEP, vem aqui o Presidente da AICEP, uma missão a S. Tomé, temos em Sintra vários interessados, na parte da transformação dos produtos agrícolas, na indústria Agroalimentar, vamos ver se se concretiza, vamos fazer por isso, mas eles é que têm depois que investir. Recebemos uma delegação de Omura, quero vos dizer que morreu o Presidente da Câmara de Omura. Também informar que Fontainebleau visitou Sintra, vamos fazer uma geminação com Fontainebleau, e fui convidado para lá ir. Irei no dia 26, estarei lá a 27 e 28, venho no dia 28. Vai haver uma semana de Sintra em Fontainebleau. Semana de Sintra que o Vice-Presidente Rui Pereira está a preparar, com os nossos doces, com a nossa cultura, com uma parte dos mármore, enfim, várias coisas. Fontainebleau é muito perto de Paris, e tem ali uma ligação muito estreita, uma Capital Cultural bastante importante, terra de Napoleão, e política. Depois tivemos um Seminário muito interessante, sobre internacionalização, chamado “Competitividade de Internacionalização”, muito interessante, porque foi aqui que demos a conhecer a estratégia 20 20. Foi no Palácio Valenças, no dia 15 de julho com uma ampla participação de Empresários e de Entidades do Governo, portanto foi um bom momento para nós. Tivemos aqui uma coisa que honrou imenso Sintra, um encontro Luso-Espanhol dos Conselhos Superiores da Magistratura. Tivemos em Sintra durante 3 dias os Conselhos Superiores da Magistratura de Portugal e de Espanha. Tivemos um encontro, um almoço, depois tivemos as conclusões de Sintra dos Conselhos Superiores. É evidente que a Câmara não participou nas reuniões próprias do Conselho, mas acompanhou sempre os Conselheiros Portugueses e Espanhóis. Foi o topo da Magistratura Peninsular

que estive em Sintra e aqui fez o seu encontro. Fomos a Paris a uma missão empresarial do Salão Imobiliário, e vamos agora ao Kuwait numa missão também com empresários. Depois, temos uma Câmara em movimento, vocês viram as principais obras que neste período estão a ser feitas, não vou descrevê-las, estão aqui todas descritas. Foi decidido fazer o Silo da Portela. Nesta altura vai ser lançado já o Concurso de conceção. Em relação ao Silo da Portela, para responder a algumas dúvidas que se levantaram sobre o Silo, a conceção é da Câmara, nós não deixamos a conceção ser fora da Câmara e as pessoas vão-se pronunciar sobre este concurso de ideias. Vai haver um concurso de ideias com três prémios. Quem construir é obrigado a construir de acordo com o projeto que ganhar o 1º prémio. Pode-se dizer: E então se ninguém quiser construir de acordo com o projeto? Não há Silo, nós não podemos arriscar-nos a pôr naquele sítio, um Silo que nos envergonhe, um mamarracho. Tem que ser um Silo que seja ele próprio um elemento de ordenamento do território. Tem que ter um jardim, tem que ter lojas, tem que ser uma obra que valorize aquela situação e não que estrague. Não pode ser um amontoado de carros, por isso a conceção é da Câmara. Depois, aposta na iluminação pública. A Senhora Vereadora Paula Neves teve 105 obras, 105 intervenções no espaço público e 19 mudanças em termos de luminárias que estavam avariadas. Finalmente houve duas Presidências Abertas, uma na Freguesia de Cacém e S. Marcos e outra em Rio de Mouro. Na Freguesia de Cacém e S. Marcos, por força da visita do Senhor Ministro, não se pôde fazer logo, fez-se depois e correu otimamente. Foi uma reunião muito interessante e muito importante. O mesmo aconteceu agora nesta viagem, mas a verdade é esta, nós estamos em plena campanha eleitoral e a própria lei prevê que haja dispensa até de funções durante a campanha, eu não faço isso. Mas é evidente que estava marcada para as três horas, em Almargem, uma reunião que não pôde ser feita, porque eu tive uma sessão de campanha, efetivamente é verdade, às três horas, e em Loures, que depois se prolongou com idosos na Amadora e tive que estar presente, foi essa a razão, campanha, portanto Democracia, é um direito que assiste. Mas já está marcada para dia 16 e até é melhor porque depois faz-se só isoladamente essa sessão com as pessoas, as pessoas foram avisadas, infelizmente um pouco em cima da hora e creio que todos deram a sua concordância, pelo menos foi isso que foi dito. Mas, e para dizer que não foi menos respeito pelas pessoas, menos respeito pelas pessoas era não fazer as reuniões, era nunca fazer reuniões de Presidência Aberta, isso é que era eventualmente menos respeito pelas pessoas. Portanto, foram duas, União de Freguesias de Cacém e S. Marcos e Rio de Mouro que foram feitas este ano, com bastante utilidade e sempre, quero dizer, com receções muito úteis e muito abertas de todos os Presidentes de Junta sem exceção, todos o fizeram com grande abertura e com grande sentido de interesse público.-----

--- O **Deputado Rui Jorge Santos Anunciação**, do Grupo **SCMA**, referiu: A presente intervenção visa o Plano para Acolhimento e Integração de Refugiados no Concelho de Sintra, aludido na página 9.5 da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara. Na Sessão Extraordinária realizada no passado 19 de setembro, o Grupo Político Sintrenses com Marco Almeida deixou aqui expressa uma palavra de apoio ao Senhor Presidente da Câmara pela reação pronta e correta em que se comprometeu, e comprometeu o Município, no acolhimento e integração de Refugiados, naturalmente em proporção razoável do quantitativo global que venha a caber ao nosso país em resultado das decisões finalmente tomadas pela União Europeia após longas hesitações e adiamentos. Não tiveram a coragem nem o discernimento para atacarem o fundo dos problemas que estão na origem da vaga de refugiados, mas ao menos uma maioria de estados membros conseguiu o mínimo para acudir de imediato às situações mais instantes e a que todos podíamos assistir diariamente nas reportagens televisivas. Esperemos agora a concretização urgente das decisões tomadas, pois, cada dia que passa sem solução agrava tragicamente a situação,

.../...

muito especialmente das crianças, idosos e grávidas, dada a insuficiência de alimentação, a degradação da situação sanitária e a deterioração progressiva das condições climatéricas. Entretanto, a Câmara Municipal fez-nos chegar o Plano para Acolhimento e Integração de Refugiados no Concelho de Sintra. Da apreciação deste documento podemos agora reiterar o nosso apoio aos objetivos, aos princípios orientadores e às ações nele previstos. Desde logo, por todo o documento perpassa a preocupação correta de não limitar a reação do Município ao mero acolhimento, mas também ao objetivo essencial da integração. Saliemos também a preocupação da Câmara, de agregar à execução do plano as Juntas de Freguesia, os Serviços Públicos locais, o setor solidário e todos os cidadãos que possam disponibilizar-se enquanto voluntários. Importa-nos também aqui realçar o propósito de salvaguardar os princípios da igualdade e da proporcionalidade, em ordem a assegurar que o nível dos apoios a conceder seja equivalente ao que a Câmara Municipal proporciona aos munícipes em situação de emergência Social. Senhor Presidente, não apenas renovamos o nosso apoio, neste preciso âmbito, à Câmara Municipal, mas reafirmamos também a disponibilidade do Movimento Sintrenses com Marco Almeida para uma colaboração ativa com as estruturas existentes, ou a criar, sem esquecermos naturalmente a situação daqueles residentes que vivem entre nós, em condições muito precárias e que são também merecedores do nosso apoio reforçado, disse. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Muito brevemente, para agradecer ao Senhor Dr. Rui Santos a sua intervenção, muito obrigado pela sua intervenção e dizer-lhe que o Movimento é muito bem-vindo na colaboração, todos são muito bem-vindos e o Movimento obviamente será muito bem-vindo a colaborar connosco, muito obrigado pela sua intervenção.-----

--- O **Presidente da Junta da União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, Deputado Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira**, referiu: É difícil destacar as matérias que o Senhor Presidente Câmara realizou durante estes três meses, mas eu gostaria de destacar três, que são relativas a Aqualva e Mira Sintra e que também são sintomáticas, já referidas pelo Senhor Presidente da Câmara. Começava por referir que nesta mesma sala foi há alguns meses assinado o Protocolo para a construção dos quatro Centros de Saúde. Na altura algumas pessoas mais cétricas terão dito “isto são só palavras, daqui até à sua execução muita coisa vai acontecer”. E acontece, como o Senhor Presidente acabou de referir, há muito pouco tempo foi assinado o contrato programa. E portanto, este sinal, esta capacidade de resposta, faz-nos garantir, pela primeira vez, isto é uma grande diferença em relação aos três mandatos autárquicos que antecederam a sua presidência, que finalmente, pelo menos no caso de Aqualva e Mira Sintra, teremos a possibilidade do Centro de Saúde de Aqualva vir a ser uma realidade. Em primeiro lugar, os parabéns são dados na sua pessoa, na pessoa do Senhor Vereador Eduardo Quinta Nova, por todo o trabalho desenvolvido. A segunda questão que gostaria de referir, tem a ver com, e o Senhor Presidente também referiu no seu relatório, o protocolo Telecuidado que reforça a preocupação Social que a Câmara tem para os mais idosos, os idosos isolados, profundamente isolados e que mostra bem a sensibilidade que a Câmara tem, também que a Junta de Freguesia, na minha quota-parte de responsabilidade, e os Bombeiros de Aqualva e Cacém têm, para o apoio dos mais isolados. E finalmente um terceiro aspeto que é referido na atividade, que tem a ver com a reabilitação do Caneiro que passa em Aqualva por baixo da Escola Ferreira Dias. Esta recuperação está em curso através do Projeto de Consolidação de Fundações, que está em curso pela Câmara, demonstra bem também a necessidade que a Câmara sente, por vezes, de se substituir ao Ministério nas várias intervenções. É o Ministério da Educação a entidade responsável pela construção deste Caneiro e a Câmara muito bem, estando em risco, eventual, mas em risco, a

possibilidade de colapso deste Caneiro, interveio preventivamente, garantindo a segurança das nossas instalações a bem dos munícipes. Eram estes três pontos que gostaria de destacar, por serem relativos a esta Freguesia que represento e que são bem demonstrativos da qualidade e da quantidade de trabalho que a Câmara tem desenvolvido. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: muito brevemente dizer ao Senhor Presidente da Junta, Senhor Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira, em relação ao Telecuidado ainda bem que frisou. O Telecuidado só tem neste momento 20, distribuição de 20, mas é o começo, não se pense que ficamos por aqui. Em Rio de Mouro já há inscritos. O que é importante é que nenhum idoso fique sem possibilidade de contactar, e isso é de uma importância enorme. Aliás, na cerimónia onde foram entregues viu que muitas das pessoas não estavam porque estavam no hospital, estavam em cuidados fora do concelho, ou mesmo no concelho mas acamados, isto é de uma importância enorme e ainda bem que o frisou, que eu não tinha frisado suficientemente.-----

--- O **Líder do BE, Deputado João Elviro Matilde da Silva**, referiu: Senhor Presidente da Câmara permita-me que lhe coloque algumas questões sobre a atividade municipal que são algumas preocupações nossas, umas mais outras menos, mas que no nosso papel, como Deputados Municipais, de fiscalizar a atividade da Câmara, nos parece pertinente colocar. O Senhor Presidente, na sua nota informativa sobre a atividade, falou aqui na sua intervenção também sobre o Silo, o Silo automóvel da Portela. Este projeto é, de facto, demasiado importante e o sítio onde ele vai ser colocado pode, se não houver cuidado na aprovação dos projetos, trazer impactos de facto deveras prejudiciais para aquela área já de si muito complicada. Portanto, nesse sentido nós gostaríamos que o Senhor Presidente providenciasse manter esta Assembleia Municipal devidamente informada de todo o percurso, do concurso de ideias, das medidas que forem sendo tomadas, de modo a que nós possamos desempenhar o nosso efetivo papel de Deputados Municipais em relação a essa matéria. Aproveito para lhe colocar uma questão, Senhor Presidente, para quando uma discussão nesta Assembleia sobre um plano de mobilidade para Sintra? Constantemente nós somos confrontados com estas situações, é o mês de agosto com o trânsito na Vila, com o estacionamento, com o auto caravanismo, com todo um conjunto de situações que nos preocupam a todos, para quando essa discussão? Já várias vezes aqui este problema tem sido levantado, não só por nós, mas inclusive por Srs. Deputados e Deputadas de outras bancadas. Questiono, para quando de facto vamos poder, aqui nesta sala, abordar de forma séria e profunda o problema da mobilidade em Sintra? E já agora que falamos de equipamentos e que falei do auto caravanismo, perguntava-lhe em que ponto estamos com o Parque de Campismo da Praia Grande? Qual é o ponto da situação? Em devido tempo o Senhor Presidente deu-nos algumas informações sobre essa situação e eu volto a colocar, de facto, para sabermos em que ponto é que nos encontramos. Também, há alguns meses atrás o Bloco de Esquerda tinha questionado o Senhor Presidente sobre a situação do Mercado de Fanares em Mem Martins. Na altura o Senhor Presidente disse que isso ia ser objeto de um Protocolo com a Junta, e que portanto seguiria os seus trâmites. Também gostava de perguntar-lhe em que ponto é que estamos em relação a esta questão, já que o dito mercado está num processo de degradação significativo. Gostava também de lhe transmitir algumas preocupações, que nos foram colocadas por alguns munícipes, que é o problema da higiene no nosso concelho e, nomeadamente, nalgumas Freguesias importantes, como, já que falei de Algueirão Mem Martins, uma delas é Algueirão Mem Martins onde os “monos” se amontoam com regularidade e onde, de facto, não existem medidas de limpeza que os munícipes exigem e precisam. Senhor Presidente gostava de felicitá-lo pelo compromisso que assumiu de rapidamente

.../...

resolver o problema do direito de superfície na Quinta do Mirante, que de facto é um problema que preocupa bastante as mais de 400 famílias que residem naquele Bairro. E gostava também de lhe dizer o seguinte: o Senhor Presidente já visitou, assim como vários Vereadores já visitaram, a Quinta do Mirante e por certo puderam comprovar que é um dos Bairros do nosso concelho, um dos espaços verdes que melhores estão tratados. Nós visitamos a Quinta do Mirante e verificamos que os seus jardins são um exemplo para o resto do concelho. Eu percebo aquilo o que o Senhor Presidente disse, legalmente não é possível manter o protocolo com a Cooperativa, percebo isso perfeitamente. Agora o que me deixa preocupado é que o Senhor Presidente acrescentou: “nós agora temos um concurso, vamos ter uma empresa para isso”, se eu percebi bem, “que inclusive vai-nos fazer o trabalho por muito menos do que aquilo que estava no protocolo com a Cooperativa”, a minha preocupação é: se ela possivelmente fará muito mais barato, fará com a mesma qualidade? Essa é a minha preocupação. É que os moradores da Quinta do Mirante estão habituados a ter espaços verdes de qualidade. Eu fico preocupado que esses espaços verdes possam efetivamente deixar de ter essa qualidade, mas o futuro o dirá e nós cá estaremos para conversar sobre isso. Já agora que estamos a falar da Quinta do Mirante gostava também de transmitir ao Senhor Presidente que há uma grande preocupação na Quinta do Mirante, que é, nomeadamente nas habitações da Cooperativa “O Nosso Lar”, sobre o problema da presença do amianto em todos os telhados da Quinta do Mirante, da Quinta do Mirante na zona da Cooperativa que, de facto, embora seja um problema dos proprietários, como é óbvio, eu penso que a Câmara com certeza não ficará indiferente a estas situações e estará aberta, eventualmente também analisou o problema, devido ao que isso significa e às implicações que tem numa parte ainda significativa da população do nosso concelho. Por último, em relação à Quinta do Mirante, gostava ainda de lhe perguntar, sei que o Senhor Presidente visitou recentemente a Quinta do Mirante, é pena que a Assembleia Municipal não receba convites também para acompanhar o Senhor Presidente nalgumas dessas Presidências Abertas, possivelmente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal será convidado, mas nós Deputados Municipais só sabemos que o Senhor Presidente esteve, nunca sabemos que vai, só sabemos que esteve, sabemos depois pelos seus relatórios ou pelo site da Câmara, que o Senhor Presidente fez uma Presidência Aberta, aqui ou ali. Portanto, eu tive conhecimento dessa Presidência Aberta e sei que houve qualquer coisa, para a qual eu pedia ao Senhor Presidente informação, em relação ao antigo edifício que foi sede da Cooperativa “O Nosso Lar”, que hoje é pertença do IHRU, que é um edifício bastante amplo, que está num estado de degradação bastante grande e que, de facto, pode vir a ser, e penso que a Câmara que pode estar interessada nisso, pode ser um equipamento de uma grande importância para os moradores da Quinta do Mirante e para as Associações e as entidades que ali atuam. Portanto, pedia ao Senhor Presidente, se fosse possível, alguma informação sobre este assunto. Por último gostava de dizer ao Senhor Presidente que também estou muito preocupado com os trezentos e setenta mil metros de construção para a Quinta da Marquesa, acho que todos nós estaremos muito preocupados porque uma construção dessas é de um impacto enorme e nós não podemos deixar que isso aconteça. Possivelmente as opiniões do Bloco de Esquerda e as do Senhor Presidente e da maioria não serão as mesmas para aquilo que nós queremos para a Quinta da Marquesa, mas possivelmente estaremos todos de acordo que trezentos e setenta mil metros de construção não pode ser e tudo tem de ser feito para que isso, efetivamente, não aconteça.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Agradeço ao Senhor Deputado João Silva as perguntas que colocou e queria começar por esclarecer o seguinte: eu quando fui ao Pendão não foi Presidência Aberta nenhuma, foi uma visita das muitas que eu faço

.../...

semanalmente, não é Presidência Aberta nenhuma, foi uma visita e eu faço várias visitas. Se a Assembleia quisesse ir comigo sempre, pouco mais fazia, nós fazemos várias visitas, eu gosto de ir aos sítios e conhecer pessoalmente. Portanto, em relação ao Pendão há uma coisa de certeza que nós estamos de acordo. É que não pode continuar a estar como esteve durante estes anos todos. Eu julgo que o Dr. João Silva, com certeza, fez várias intervenções nesse sentido. Porque realmente como estava, abandonada, com os proprietários na situação em que estavam, anos e anos, é que não podia continuar. Portanto, nós estamos a resolver, vamos resolver, porque tem que ser. Nós não podemos manter aquela gente, aquelas famílias, naquela situação e vamos mesmo vender a propriedade e vamos resolver. Quanto ao resto, quanto ao problema dos espaços verdes, nós temos ali um espaço verde e uma mata, a “Matinha”, que está junto ao edifício do IHRU. Essa está em estado de natureza, praticamente, e portanto, temos que fazer ali uma integração entre o edifício do IHRU e a “Matinha” que está ao lado. Quanto ao espaço verde, não é muito grande, é relativamente pequeno, ao pé do antigo moinho, espero que a chave seja devolvida rapidamente, nós temos que ver o que é que vamos fazer naquele moinho, que tem um valor grande e tem que ser bem cuidado, não pode ser utilizado de qualquer maneira, portanto, nós vamos ter que ter essa responsabilidade e vamos assumi-la como assumimos noutros espaços verdes no Concelho. Quanto ao problema do amianto da Cooperativa, claro que nós não podemos fazer nada porque não é connosco, mas há uma coisa que se pode fazer, nós podemos fazer uma análise ao telhado, pedir ao Instituto de Qualidade, ao ISQ, que faça uma análise. Isso nós pagamos, para ver que tipo de amianto é que lá está, se está, se não está, e depois fornecer às pessoas, porque pode até acontecer que não seja tão grave e as pessoas possam ficar mais tranquilas. Agora a obra não fazemos, isso não fazemos. Em relação a outras matérias, a começar pelo Silo, Senhor Deputado João Silva, o mal está lá agora, se o meu amigo olhar para ali o que é que vê? Vê aquela lataria toda ali espalhada, aquilo é uma desgraça, vê a Heliodoro Salgado mal tratada. Portanto será o reordenamento daquele espaço, temos que ter um Silo e numa situação que sirva a Vila Histórica, e aquele Silo será para 700 carros, é um grande Silo. Agora, tem toda a razão e veja o cuidado que nós tivemos, era muito mais barato para nós e muito mais simples fazer conceção, construção, exploração. O que vai acontecer é que as propostas vão ser expostas ao público e os senhores vão ver as várias soluções e vão votar e vão dizer, “gostava mais desta, daquela...”, portanto, vamos ter um debate de ideias sobre a construção do Silo, porque tem toda a razão, é uma zona sensível e o Silo tem que ser uma peça de ordenamento do território, de valorização do território, e nunca um “mono” para armazenar carros, estamos perfeitamente de acordo, o que lá está agora é que é isso, são aqueles carros todos estão ali espalhados. Depois, Plano de Mobilidade Municipal, Senhor Deputado João Silva, é engraçado, eu não sei quantos Planos de Mobilidade Municipal esta Câmara já fez, muitos, só que dizia o Vereador Luís Patrício, e bem, que muitos deles estavam desatualizados, não serviam para aquilo que nós queremos. Mas há vários, e todos pagos a peso de ouro, e sem concurso, Senhor Deputado João Silva informe-se. Dizia portanto o seguinte, que esses vários estudos estão lá e o Vereador Luís Patrício, disse, e bem, que precisamos de um estudo diferente. Pôs as suas condições, há um concurso aberto neste momento, subsidiado pela União Europeia, concurso internacional para haver um Plano de Mobilidade e Transporte. Está um concurso aberto Internacional para isso, quando esse Plano for adjudicado a primeira coisa que será feita é que a Assembleia Municipal tomará conhecimento. O Senhor Vereador Luís Patrício, com certeza querará fazer então uma exposição. Há uma comissão de acompanhamento e esse Plano agora está a ser objeto de um concurso Internacional para podermos aqui então tratar mobilidade e transportes na altura própria. Depois, problema da higiene, nós retomamos, peço-lhe o favor de apontar casos concretos, diga-nos, para nós imediatamente acionarmos. Nem tudo corre bem, sabemos que há algum caminho a percorrer ainda, depois da integração da HPEM nos SMAS

há um caminho ainda para percorrer, porque ainda não foi há um ano, portanto há um caminho para percorrer e que tem que ser percorrido e nós temos que corrigir erros ou deficiências que este caminho tenha. Agora, também era bom que houvesse alguma civilidade de pessoas, há pessoas com os contentores ali e põem o lixo no chão, já viu isso com certeza, que é uma coisa um bocado estranha, portanto, nós temos de ter esse cuidado. Agora se tiver casos concretos até lhe pedia, dê-me uma fotografia para nós atuarmos. Quanto ao problema da Quinta da Marquesa, eu disse aqui, abri ligeiramente a porta, mas temos que ter um cuidado enorme. Lembra-se o que aconteceu e está a acontecer com o plano de Urbanização do Polis Cacém, que foi revogado, que foi para Tribunal e a Câmara perdeu até ao Supremo. E hoje temos um problema, que nós temos que encarar, mas pode ser um problema sério, vamos ver. Não vamos agora estar aqui a discutir o que é um aspeto jurídico e o Dr. Paulo Gomes, a nossa gente e nós, com certeza teremos uma boa defesa e vamos apresentá-la, nós não podemos executar a Sentença, começa já por aí, assinei hoje a carta a dizer que a Sentença não vai ser executada e vamos ver a resposta do que vai acontecer. Na Quinta da Marquesa não vai acontecer isso, nós vamos rodear-nos de todos os cuidados e nada será feito que não tenha o patrocínio da Lei, agora, alguma coisa irá ser feita. Mas, Senhor Deputado João Silva, tem toda a razão, quem é que aprovou este Plano com trezentos e setenta mil metros quadrados de construção? Quem é que aprovou a Tapada das Mercês, não foi aqui nesta Assembleia? Como é que foi? Parece-me que estamos a nascer todos os dias. Há uma responsabilidade técnica e política das coisas que se fazem, trezentos e setenta mil metros quadrados naquela zona é realmente uma coisa absurda, a Tapada das Mercês é outra, não era inicialmente, porquê? Porque tinha várias coisas, e agora veja Senhor Deputado João Silva, se nós tivéssemos cedido àquela boa imagem... “nós acabamos a Tapada das Mercês, desde que vocês libertem a Quinta da Marquesa”, veja lá o que é que tinha acontecido. E quando nós dissemos que não, reclamaram que a Tapada das Mercês ficava sem proteção. O que é que mais vale sermos nós a fazer, gastando do nosso dinheiro, ou permitir que a empresa fizesse, portanto, obstaculizando ou mesmo fechando a porta a qualquer solução para a Quinta da Marquesa. Esta é a ligação de quem tem, enfim, uma estratégia, essa é a questão. Em relação ao IHRU e o Parque de Campismo, em relação ao Parque de Campismo, quero dizer o seguinte: Foi uma coisa interessante, a Senhora Arquiteta depois poderá esclarecer melhor. Interessante porque a APA tinha dado parecer desfavorável. Quando veio cá o Senhor Secretário de Estado entregamos em mão uma carta com o parecer da APA, mostrando-lhe que não estávamos de acordo. O Presidente da APA estava presente, viu a carta e disse: “tem razão”, e no dia seguinte ou dois dias depois, alterou o parecer e deu o parecer favorável, eu creio que agora o parecer está favorável. A APA viu o problema da REN, diz a Senhora Arquiteta que já contestamos, porque a REN foi alterada no âmbito do Plano da Praia Grande, exatamente, e portanto agora vamos estar em condições de ter aquele Parque. Não sei se o promotor vai fazer ou vender, isso é com ele, agora que aquilo tem de ser feito, tem, mas quantos anos esteve abandonado Senhor Deputado João Silva?-----

--- Quanto ao IHRU, um pequeno esclarecimento: Estivemos lá com o Vice-Presidente do IHRU e nós vamos pegar naquilo em conjunto com Associação de Moradores. Agora, não podemos pegar de uma vez só porque aquilo é enorme, tem um espaço enorme. Vamos começar por pegar na parte que é o Polidesportivo, que tem cá em baixo, tem a parte polidesportiva e dá para concertos, para música, e vamos fazer ali um centro de convívio, mas vamos começar cá por baixo, não podemos fazer tudo. O Eng.º Luís Nunes, já está a fazer o estudo de quanto é que aquilo custa. O IHRU queria nos vender aquilo, diz que havia um compromisso do Dr. Seara de comprar. Não há compromisso nenhum, não queremos comprar, não temos interesse nenhum em comprar. Agora o que temos é interesse em fazer um arrendamento a 50 anos, ou a 30 anos, que terá o preço em função do que vamos investir, vamos saber

quanto é que vamos investir, e depois o contrato com o IHRU terá a ver com o investimento que faremos, e virá aqui obviamente. Portanto, a nossa ideia não é comprar, é explorar com contrato de longo prazo. Tive ocasião de dizer que estamos a falar de serviço público, ambas as entidades, ele que não pense que vai ter alguma rentabilidade daquilo que não vai, pelo menos nos primeiros anos o investimento que vai ser feito, já se falava em trezentos mil euros só de entrada, nós vamos ter cuidado porque, efetivamente, estamos a fazer investimento na casa dos outros, temos que nos precaver, mas não está abandonado, está na agenda. O Mercado de Fanares é uma grande maçada. No Mercado de Fanares nós não fazemos obras, aquilo não tem hipótese nenhuma, é caríssimo e não tem hipótese. A ideia era de ceder há Junta, mas a Junta também começa a olhar para aquilo e começa a perceber que aquilo é um peso muito grande, portanto, se a Junta quiser tomar conta, toma, se não quiser e se alguém quiser tomar conta nós cedemos o Mercado de Fanares rapidamente, agora nós obras ali não fazemos.-----

--- O **Líder do CDS, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: Só duas ou três notas que eu acho importante referir na sequência do relatório e da informação prestada pelo Senhor Presidente. Tenho que sublinhar aqui um aspeto que eu acho fantástico, que foi desenvolvido aqui pela Senhora Vereadora Paula Neves, que tem a ver com a questão relacionada com a Iluminação Pública. Não sei se sabem mas a fatura de energia de Iluminação Pública em Sintra, eu tenho que reportar a uns anos, mas deve ser qualquer coisa como 6 milhões de euros. Portanto, são 55 mil pontos de luz, se bem me recordo, e em 55 mil pontos de luz, quem olhar para aqui com olhar crítico, diz: “só fizeram uma intervenção em 105 luminárias, mais umas...é pouco”. Eu acho que é muito, eu acho que é muito porque reflete um trabalho que tem qualidade, porque eu sei que tem qualidade, porque sei quem é que a fez e sei que a Câmara está num sentido positivo a trabalhar nesta vertente, mas é preciso dar essa continuidade, Senhor Presidente, é preciso apoiar este tipo de trabalho para que Sintra não só reduza a fatura de energia, deixando-se de medidas que eu chamo as medidas “pimba” de iluminação, que é desligar um e deixar o outro ligado, ou dois não, um sim, que são medidas, de facto, que revelam alguma falta de bom senso, porque há financiamento para projetos com qualidade, e estas medidas aqui em Sintra, conforme está aqui explicitado, sejam um exemplo. Na sequência disso, também é importante que Sintra tenha um bom Plano Diretor Municipal de Iluminação Pública, que eu sei que a Senhora Vereadora que tem este Pelouro, também pugna para que o haja. E é assim que as coisas devem ser feitas de facto, no presente e no futuro, termos modos de controlar esta questão tão importante como é a Iluminação Pública, que tem a ver com a segurança, que tem a ver com o conforto e tem a ver com uma fatura que, de facto, se deseja menor, mas não invalida que seja implícita de um fator de qualidade, neste sector da iluminação. Isto para dizer que foi falado aqui em vários planos, planos que foram feitos, uns com concurso, outros sem concurso e outros que estão a ser feitos, mormente o da mobilidade, mais uma vez a questão da mobilidade e mais uma vez eu sublinho, até porque temos agora o exemplo da “Volkswagen”, que de facto um plano de mobilidade que Sintra tem é o Plano de Mobilidade Eléctrico, não sei se sabem, mas tem, foi feito pelos estagiários da Universidade de Aveiro, aqui com alguns técnicos que estavam ligados a uma agência que existia e que foi feito e que foi entregue na Câmara. Eu vou acreditar que esse trabalho é útil para o Plano de Mobilidade e Transportes do Concelho, acho que é importante, porque na verdade é um caminho que, quer se queira quer não, tem que ser considerada a questão da Mobilidade Eléctrica, que muitos riam-se há uns tempos atrás, mas agora começam a olhar de facto e começam a acreditar que qualquer dia temos todos carros movidos a energia eléctrica a carregar lá em casa na tomada, isto mais tarde ou mais cedo, vai acontecer. Uma questão que eu queria focar também aqui, a questão do seminário que foi feito, a propósito do “COMPETE 2020”, de “PORTUGAL 2020”, HORIZONTE 2020 e todos os

2020, que andam por aí. De facto, são extremamente importantes, mas que infelizmente, em termos de aprovações têm tido índices, vou intitular de miseráveis, estamos com índices em Portugal de aprovação da ordem dos 3%, eu não disse 13%, disse 3%, são dados do IAPMEI. Confesso que acho que deve haver um esforço, porque não, do município na interação com entidades que até no concelho existem, para que se consiga que os nossos empresários, as nossas PMES, possam ter aqui um polo de referência de apoio para que se concretizem, positivamente, as suas candidaturas, porque eu vejo colegas meus a repetirem constantemente as propostas, tentam aprová-las e ficam sempre no limiar, é engraçado isto fica sempre no limiar, mas há maneiras de lá chegar, maneira correta, transparente, bem-feita, nós temos a mania de escrever muito, e às vezes escrevemos menos e conseguimos que essas aprovações existam, e sei como muita gente sabe aqui, com certeza, que há pessoas que têm essa competência, mormente no IAPMEI, para poder ajudar que essas aprovações sejam uma realidade. Na verdade nós temos, salvo erro, 1500 PMES em Sintra, e eu quase que apostaria que nem 10 PMES, neste momento, têm aprovações, nem do PORTUGAL 2020, nem do HORIZONTE 2020 e, portanto, eu deixava aqui essa recomendação à Câmara, que pudesse vir a apoiar, mormente através, ou como polo de referência para contínuas formações, por exemplo, a Startup de Sintra, que tem um magnífico espaço para poder dinamizar essas ações em várias matérias. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Dois apontamentos, primeiro para subscrever o que diz sobre o trabalho da Senhora Eng.^a Paula Neves, tem sido notável e tudo isto é obra sua, estas 150 intervenções que são extremamente importantes na parte da iluminação. Segunda parte do que diz acho que é relevante e vou desafiá-lo para o seguinte: Nós vamos ter na sexta-feira o Conselho Estratégico Empresarial, em que há sempre uma pessoa que faz uma pequena exposição, na próxima é o Senhor Dr. Jorge Braga de Macedo que faz uma exposição sobre “a situação económica mundial agora e perspetivas futuras”, convido-o para fazer uma pequena exposição sobre energia, possibilidades de apoio, estratégia 2020, o Senhor Doutor vai ao Conselho Estratégico Empresarial fazer uma pequena exposição sobre isso, porque tem lá as associações, tem lá toda a gente, acha bem? Então eu pedia o favor de registar, não neste, no outro Conselho o Senhor Doutor fará uma exposição sobre energia, no âmbito da estratégia 2020. -----

---- O **Deputado António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia**, do Grupo **SCMA**, referiu: O Senhor Presidente da Edilidade referiu em reunião da Câmara realizada em 9 de setembro de 2014, que, e passo a citar de acordo com o que está expresso em ata da referida reunião: “O que era normal era que o IRS pudesse subir o ponto que desceu e, simultaneamente podia dar-se uma pequena descida de 0,01 no IMI. Isso significava que a Câmara podia ganhar à volta de 2 milhões e tal de euros”, refletiu muito e acha que num momento como este em que o país e as pessoas estão com uma dificuldade tão grande, era um mau sinal dar esse sentido, está convencido que a Câmara será capaz de suportar esse impacto. Agora vai-se planear com dois anos de antecedência, ver a evolução das receitas e mais adiante pode ler-se, o Senhor Presidente chamou a atenção para que 0,01 no IMI significa um milhão e ninguém nota, e mais adiante a bandeira política percebe-se bem, desfralda-se facilmente. Em sede de reunião de Câmara, realizada em 02 de setembro 2015, o Senhor Presidente de Câmara afirmou, e passo a citar: “As pessoas gostam sempre que os impostos desçam, mas o dinheiro é público e temos que fazer uma reflexão entre aquilo que nós entendemos que é o melhor uso do dinheiro dos contribuintes e aquilo que é popularidade das decisões e é isso mesmo que vamos ter que fazer, por exemplo o nosso IMI está em 0,039%, o que já é uma redução feita no mandato anterior, se nós reduzirmos 0,01%, custa à Câmara um milhão e trezentos

mil euros. Se tivermos uma pessoa que paga quinhentos euros de IMI, que é uma pessoa que já tem uma casa muito boa, significa para ela uma poupança de 50 euros, mas custa aos cofres da Câmara um milhão e seiscentos mil euros”, palavras transcritas. Senhor Presidente, Srs. Vereadores, como se depreende pelas transcrições supra, o Movimento Sintrenses com Marco Almeida que ao longo dos últimos dois anos sempre pugnou a sua atuação e coerência das suas afirmações no que à redução dos impostos diz respeito, não pode deixar de salientar a repentina mudança de atitude, quer do Senhor Presidente, quer do conjunto dos Vereadores eleitos pelos partidos políticos, no que, apenas e só, à redução do IMI diz respeito. E retomando uma frase de Vossa Excelência, uma ou várias questões se podem colocar: qual a bandeira política que se percebe bem? Qual a que se desfalda facilmente? Terá sido a proposta de alterações ao Orçamento de Estado para 2015, apresentado pelo governo em novembro de 2014, sobre o IMI familiar, que motivou a proposta de redução de IMI na última Assembleia Municipal do passado dia 16 de setembro? Independentemente das respostas às questões que se colocaram, o Movimento Sintrenses com Marco Almeida, não pode deixar de salientar que a redução do IMI não pode, nem deve, ser isolada, mas perspetivada numa análise conjunta e mais alargada de impostos e taxas Municipais, em particular a derrama e o IRS. tanto mais que o IMI não é um imposto transversal ao universo dos municípios Sintrenses. Referindo-se o facto de, e após a análise do relatório financeiro municipal de agosto 2015 onde as transferências da administração central em sede de participação do IRS totalizaram um valor próximo dos 10 milhões de euros, o IMI um acréscimo de 1,7 milhões de euros e uma cobrança da derrama que registou uma cobrança superior a 1,4 milhões de euros, entende o Movimento Sintrenses com Marco Almeida que estes valores, incluídos num saldo orçamental de 50 milhões euros, possibilitam uma análise relativamente à moção apresentada por este movimento em sede de reunião de Câmara, que beneficia todos os Sintrenses e, reforço, beneficia todos os Sintrenses à margem de qualquer outra proposta ou decisão que tenha objetivos meramente eleitoralistas. Como referiu o político Winston Churchill, não há mal nenhum em mudar de opinião, contando que seja para melhor. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Esta intervenção não merecia nenhuma réplica, mas não resisto a dizer alguma coisa sobre isso. Eu percebo que os senhores tenham ficado muito incomodados com a descida do IMI. Não deviam, e de tal maneira ficaram incomodados que até ouvi na televisão dizer que o Senhor Vereador veio de burro aqui para a Assembleia como retaliação. O que nós dissemos e continuamos a dizer é exatamente o mesmo, que o dinheiro público tem que ser gerido com toda a parcimónia. E a pergunta é esta, vocês estiveram 12 anos no poder e desceram 0,1. Porque não desceram mais? Porque que nessa altura não desceram mais, porquê? A pergunta é esta. Não era Vice-Presidente o Senhor Dr. Marco Almeida? Era. E não tinha essas ideias na altura? Porque que não o fez? Há limites para nós discutirmos as coisas seriamente. Portanto, essa é que é a grande verdade, Agora a questão é esta, porque é que foi dois pontos? Porque é que foi agora? Por uma questão muito simples, porque a questão que se colocou agora foi da redução do IMI para as famílias, que era só para as famílias com filhos. Os casais que não têm filhos não eram abrangidos, as pessoas queriam casar e não eram abrangidas, e nós achamos todos que era mais justo uma diminuição para todos. Portanto se o problema não se tivesse colocado, eventualmente essa decisão podia não ser tomada agora, mas como o problema surgiu, foi agora tivemos que o fazer. E como é que nós fizemos? Diz o senhor que podíamos ir mais longe. Se quiséssemos ser eleitoralistas fazíamos a proposta do Senhor Dr. Marco Almeida, isso é que era eleitoralismo, gastávamos 10 milhões e fazíamos uma grande obra. Porque é que nós não fizemos, porque é que nós entendemos que 10 milhões são excessivos? Se fôssemos eleitoralistas até podíamos ir mais longe, não fizemos isso, não faremos isto enquanto eu estiver

.../...

aqui. Sabe porquê, porque poupamos o dinheiro Senhor Doutor, porque o poupamos onde ele estava a ser mal gasto, compreende, foi isso, por isso o Senhor pode dizer hoje que tem 50 milhões. Não é assim, por acaso não tem, tem aplicado 40 milhões, tem disponibilidade dos 50, mas há 10 milhões que estão alocados às obras e à Segurança Social, portanto, não podia mexer aí sequer, como irá ver na discussão dos impostos, na altura própria. Agora, nós descemos dois pontos sem magoar nada, porquê? Porque fomos pagar a nossa dívida, os 28 milhões foram pagos a pronto e o senhor doutor também pode criticar isso, que maçada, porquê que foram pagar o dinheiro, porque é que não distribuíram, assim já tinham mais, mas é a sua orientação não é a nossa, compreende, essa não é a nossa orientação. O que estava em cima da mesa eram 3 milhões de euros, eram cerca de 3 milhões de euros de serviço de dívida que nós deixamos de ter e, portanto, não magoamos nada e damos aos contribuintes. Pode dizer: foram 2 pontos, pois foi, foi 100% mais do que fizeram em dois anos e para o ano, se correr bem outra vez, será outra, e outra, até 0,30. E a seguir é o IRS, se continuarmos assim. Agora, é evidente se entrarmos em loucuras, agora 10 milhões e para o ano outros 10, bom, isso rebenta com a Câmara, coloca-a numa situação muito parecida com um passado não muito longínquo. Esta é a grande questão, quando nós baixamos 2 pontos eu acho que todos nós nos devíamos regozijar com isso, foi bom sabe porquê? Porque o trabalho foi de todos, a poupança foi de todos, compreende. Quando nós poupamos 28 milhões quem poupou e quem pagou foram os contribuintes, não fomos nós. Agora realmente é verdade, nós temos o dever de perante isso apresentar a proposta, e para o ano, se se mantiver, o Vereador Luís Patrício, e muito bem, disse: “se para o ano se mantiver”, porque o Vereador Luís Patrício queria que fosse mais, já este ano, temos que o dizer, e foi eu que disse “não, não fazemos isso este ano” para o ano se a situação mantiver, faremos. E se a situação financeira melhorar, não será um mas dois. Agora, é por aí que vamos, quer o senhor goste quer não goste, porque os municípios precisam disso, não precisam de abandono, não precisam de discursos absolutamente fora da realidade, completamente fora da realidade, essa é a grande questão, se o senhor se incomoda com isso, eu que sinceramente não entendo, não entendo porquê. Quando se baixam 2 pontos, todos nós devíamos dizer, “que bom, aliviámos os nossos municípios”. O Senhor podia ir mais longe, mas não era preciso uma crítica dessa forma, aliás o seu grupo parlamentar, na Vereação não votou contra, absteve-se, portanto, essa história da retaliação que foi dita é qualquer coisa que não cola, não percebo, veja as notícias que saíram, veja e vai ver publicamente não desmentidas. Aliás, tem a voz do próprio, portanto, não podiam ser desmentidas, há limites para as pessoas não perderem a cabeça, porque estamos a falar de coisas sérias e de interesses muito relevantes. -----

--- O **Deputado António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia**, do Grupo **SCMA**, referiu: Dr. Basílio Horta, relativamente ao ato do Dr. Marco Almeida, que teve a ver com a questão dos impostos, passo a esclarecer. A Comunicação Social deu conta de um gesto do líder do nosso movimento, em reação a mais uma inexplicável recusa do fornecimento de transporte para o normal exercício do trabalho autárquico que lhe compete. Não foi a primeira a vez que tal aconteceu, salvo erro foram quatro, e esta atitude não representa um ato isolado da Câmara Municipal, de obstrução ao nosso movimento, mas antes traduz uma atitude merecedora, da nossa parte, de forte reparo. A título de mero exemplo, podemos referir a recusa de participações dos nossos vereadores enquanto meros observadores das reuniões periódicas de trabalho do executivo com as Juntas de Freguesia; a reiterada falta de respostas às perguntas que esta bancada formula à Câmara nos termos regimentais, uma das quais antecipadamente colocada nesta Assembleia, mas que o Dr. Basílio Horta desprezou ostensivamente; e, finalmente, a falta de resposta à nossa solicitação desde a nossa posse, o apoio administrativo recrutado de entre os trabalhadores

.../...

municipais, em ordem a não subcarregar o orçamento municipal. Não é possível tirar outra conclusão que não seja a existência de uma vontade deliberada de nos reduzir a capacidade de exercitarmos as funções para os quais fomos eleitos. Facto revelador de uma atitude nada consentânea com os princípios democráticos que deveriam presidir às relações entre maioria que governa a Câmara e a principal força da oposição que somos nós. Mas podem acreditar que as perseguições que nos movem não nos vão esmorecer, continuamos motivados e mais empenhados em desenvolver a nossa ação em favor dos interesse dos Sintrensens. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu só queria fazer uma pequena intervenção. Não é aquilo que diz, porque aquilo que diz não merece sequer resposta, na maneira como o diz. Só uma reflexão sobre o convívio entre o seu grupo e nós. Desde o princípio que eu quero e tenho mantido, e quero continuar a manter, uma relação civilizada e séria com todos e não me desviam desse caminho. Agora, o que está acontecer e tem vindo a acontecer nos últimos tempos, não é isso, o senhor vem aqui dizer uma mentira crassa, em 34 pedidos, 4 foram recusados e o senhor sabe porquê. Porque dois eram trabalhadores fora do horário e não podiam, porque eram horas extraordinárias, e dois porque não havia disponibilidade do carro, porque também não há, muitas vezes, para o Vice-Presidente Rui Pereira, para mim inclusivamente, porque não há carros, porque a gente não os compra, compreende, é isso. Agora, tenho tido toda a consideração pelo Dr. Marco Almeida e por todos, toda, e tem que continuar assim e continuarei assim, agora tenho que sublinhar que estou muito espantado com atitudes que eu nunca pensei ver, nunca. E declarações que nunca pensei ver, então o Dr. Marco Almeida tem uma secretária paga pela Câmara, tem um técnico pago pela Câmara, tem um gabinete pago pela Câmara, e muito bem, tem todas as condições, e ainda bem que as tem, faz as perguntas, tem as respostas, todas, algumas não tem porque há muita gente que também não as tem, porque a Câmara não pode, com tantos problemas e tanta coisa que tem a fazer é difícil responder muitas vezes a tempo, mas não é dizer que há perseguição, compreende? Ou está de cabeça perdida, que eu não acredito, ou então não sabe o que está a dizer, desculpe que lhe diga, a verdade é esta. Nós queremos manter com o grupo do Senhor Dr. Marco Almeida as melhores relações, e civilizadas, como mantemos com toda a gente. Agora, temos que registar o que está acontecer, que é uma coisa nunca vista e até com um certo tom de ridículo, que as pessoas não merecem pela consideração que lhes é devida. -----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz, do PS**, referiu: Nós consideramos que este momento que acabamos de assistir, não abona em favor da política, do ato político, da intervenção política dos deputados desta Assembleia. Fiquei surpreendidíssimo, ficamos surpreendidíssimos, porque algumas das pessoas que estão nestas bancadas, estiveram cá durante 12 anos, algumas destas pessoas que estão presentes nesta Assembleia, tiveram cargos de responsabilidade durante esses 12 anos e nunca se preocuparam absolutamente nada com as condições que o grupo político do PS teve para exercer as suas funções nesta Câmara. Sinceramente julgava que quando o Senhor Deputado se dirigiu a este púlpito era para felicitar a iniciativa do executivo Municipal, porque de facto foi pioneira, outros municípios seguiram a iniciativa deste executivo. Mas não, perderam espaço, o benefício é para todos e no futuro logo veremos se será alargado para mais famílias, para mais Sintrensens, e isso é verdadeiramente o que fica. Ao executivo ao Senhor Presidente da Câmara o nosso louvor, o louvor do Partido Socialista. -----

--- O **Deputado Francisco Hermínio Pires dos Santos, do Grupo SCMA**, referiu: Em 4 de julho foi realizada a sessão pública, para venda em hasta pública, de um conjunto de imóveis municipais

localizados em vários pontos do município, pelo valor global de licitação de 1 milhão e onze mil euros. Não constando do relatório do Senhor Presidente qualquer referência a esta hasta pública, pergunto: Quais os imóveis vendidos e qual o valor recebido? Está construído há bastante tempo um silo para automóveis junto à estação de Aqualva-Cacém, sem que esteja a ser utilizado para estacionamento de veículos. Também na Estação do caminho-de-ferro, em Massamá, o parque de estacionamento ainda não abriu aos utentes interessados que queiram deixar ali os seus carros. Embora aqueles parqueamentos tenham sido construídos pela REFER, certamente que a Câmara Municipal nos pode informar sobre o que se passa quanto à abertura daqueles dois espaços de estacionamento. Está aberto concurso de ideias para a construção de um silo auto em Sintra, nomeadamente na Portela. Aguardamos que os projetos sejam apresentados, bem como as respetivas maquetas, pelas empresas concorrentes, embora os prémios não me pareçam atrativos para empresas prestigiadas, e que tenham em atenção que se trata de um grande imóvel a ser construído no centro histórico de Sintra. Foi anunciado pelo senhor presidente da Câmara na Assembleia Municipal, que seria negociada a aquisição de terrenos pertencentes à família de João Justino e dos proprietários da Villa Eugénia, para ali ser edificado outro silo auto. Desconhecemos que desenvolvimento teve o processo. Daí questionarmos a Câmara Municipal sobre o assunto. Nas reuniões realizadas sobre o trânsito na Vila Velha, foi abordada a questão dos parques de estacionamento periféricos a criar, salvo erro, em S. Pedro, na Portela e na Ribeira. Solicitava que nos fosse feito um “ponto da situação” de modo a conhecermos onde vão efetivamente ser implantados, quando entram em funcionamento, que serviços de apoio são criados, qual o custo médio de estacionamento e se está assegurada com a empresa de transportes coletivos o transporte dos utentes dos parques para os diferentes pontos turísticos que Sintra oferece a quem a visita. Foi-nos dito, nesta Assembleia, no dia 19 de Dezembro de 2013, sobre a passagem superior à linha do caminho-de-ferro que ligava pedonalmente a Portela à Estefânia: “Nós estamos a trabalhar nesse dossier, juntamente com a circulação dos comboios da Linha de Sintra. A Câmara Municipal já interveio junto da CP e, neste momento, a situação está a ser acompanhada pela Câmara”. Não me parece que a CP ou a REFER tenham algo a ver com a passagem superior a que me refiro. Foi a Câmara que a retirou para reparação. Caberá à Câmara repor, no mesmo sítio, a passagem pedonal. Volvidos 21 meses sobre a abordagem deste assunto nesta Assembleia, tudo continua na mesma. A passagem superior à linha do caminho-de-ferro ainda não foi resposta. Pergunto: o que se passa? -----

--- Quando da inauguração do Museu Virtual “Mitos e Lendas de Sintra” no edifício do Turismo, tive necessidade de utilizar uma casa de banho. Fui encaminhado para uma que ostentava um aviso: “Agradecemos que não coloque papéis na sanita”. E lembrei-me do que escreveram os técnicos que elaboraram o estudo sobre a “Área de Reabilitação Urbana – Centro Histórico de Sintra”. Recordemos o que dizem a pág. 52 do trabalho elaborado: “No que diz respeito ao sistema de drenagem de águas residuais, não existe rede de drenagem de águas residuais domésticas nem pluviais em alguns arruamentos: verifica-se ainda que, em grande parte da área, o sistema é misto, drenando conjuntamente águas residuais domésticas e pluviais, que não são lançadas na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Desta forma, a implementação de redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais separativas é urgente, para que seja possível o devido tratamento dos efluentes e eliminação de fossas que contaminam o solo e os aquíferos”. Tinha sido naquela manhã inaugurado um equipamento cultural que custou, segundo os promotores, 1.600.000 euros. Não são dinheiros dos municípios. A Câmara Municipal é simples arrendatária do espaço. Mas, no subsolo a rede de águas residuais domésticas e pluviais carece de urgente intervenção. O que está planeado executar? Deixo a pergunta.----

--- O relatório da “Atividade Municipal – Informação dos Serviços” refere, a pág. 141 a 145 a atividade da

Divisão de Turismo. A suposta existência de uma Divisão de Turismo já foi abordada, em sessões anteriores desta Assembleia. Por exemplo, na sessão de 27 de Dezembro de 2013 foi salientado que “no artigo 24.º da proposta da estrutura nuclear está referido o Departamento da Cultura, Juventude e Desporto, e diz-nos que compete ao departamento dirigir as atividades ligadas à cultura, a juventude e o desporto. Pormenoriza dizendo: “Enquadrando a ação das unidades orgânicas flexíveis que o integram, em número máximo que se fixa em três, em referência às áreas de intervenção do departamento, que são naturalmente a cultura, a juventude e o desporto”. Na especificação das suas competências nem uma referência ao turismo – artigo 24.º. Resumindo: a estrutura nuclear esquece totalmente o turismo. Nem uma linha sobre o turismo na estrutura orgânica nuclear”. (ata de 27.12.2013). O senhor Presidente da Câmara fez outra leitura da proposta que então apresentou, e disse-nos: “nós criamos a divisão especialmente para o turismo, quando dantes o turismo estava englobado na educação. Não tinha divisão própria. Nós criamos a divisão de turismo ao lado da cultura” (ata de 27.12.2013). Certamente não estava devidamente informado: o turismo nunca esteve englobado na educação e tinha divisão própria. Tinha, mas hoje não tem. Naturalmente que aguardamos, há muito, que a Câmara proponha a necessária retificação aos que propôs sobre a estrutura orgânica nuclear. Sem que essa retificação seja feita, e o Movimento Sintrenses com Marco Almeida aprovará essa proposta, não podemos considerar a existência da Divisão de Turismo. Posso estar equivocado e por isso pergunto concretamente: como se chama o chefe da Divisão de Turismo?-----

---- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Desta torrente de pedidos de intervenção, só quero realçar um, porque realmente a esse achei graça. É o problema da ponte. Isso foi mais uma herança, sabe? É que os senhores aprovaram e fizeram a ponte, alguém aprovou, sabe onde é que aprovou a ponte? Em propriedade privada. Sabe o que aconteceu? Houve uma providência cautelar que nos obrigou a tirar a ponte, é isto que lhe quero dizer. -----

--- O **Vereador Marco Paulo Caldeira de Almeida** referiu: Queria só, porque tive a informação de que fui citado relativamente à questão dos impostos municipais, e gostava só aqui de prestar uma informação aos Senhores Deputados e a todos os presentes na Assembleia. É que, de facto, os impostos municipais foram reduzidos no mandato 2009 a 2013, quer a Derrama, quer o IMI, quer também o IRS que passou de 5% para 4%, naquilo que é a percentagem que a Câmara pode abdicar entre 1% e 5%, essa era uma parte que eu gostava aqui de deixar, para que a verdade fosse reposta. A outra parte tem a ver com uma informação prestada aqui por um Deputado Municipal do Partido Socialista, uma pessoa que eu muito estimo, o Deputado Miguel Portelinha, que tinha a ver com as condições de funcionamento do Gabinete de apoio à Vereação do Partido Socialista entre 2009 e 2013 e eu gostava aqui de lembrar, o Dr. Domingos Quintas recorda-se bem disto, outros Vereadores também do Partido Socialista, que o Partido Socialista tinha o Gabinete de apoio desde o primeiro dia que o mandato teve início em 2009, tinha uma viatura com motorista a tempo inteiro, ao serviço do grupo de Vereadores do Partido Socialista, e tinha também não um, não dois, mas mais assessores, uns da Câmara e outros sem serem da Câmara, que era também um aspeto muito interessante. Era isto que eu gostava de dizer e sinceramente aqui, o que está em causa não é o número de carros que estão disponíveis, não tem a ver com o número de assessores que estão disponíveis, não tem a ver se há telemóveis atribuídos ou não, tem só a ver com a circunstância de que em determinadas alturas, gostaríamos de ter acesso também àquilo que é permitido aos outros Vereadores que estão em regime de tempo inteiro. Os outros estão no âmbito do exercício das suas funções, mas não deixam de ser autarcas eleitos pelo povo Sintrense e que também querem cumprir a

sua função, era apenas isto.-----

 --- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz**, do **PS**, referiu: Não é em defesa da honra, é só para repor a situação, porque o Senhor Vereador não estava na sala, quem o informou não o informou bem. Em primeiro lugar nunca me referi à baixa de impostos, praticada, ou não, pelo anterior executivo. O que eu disse foi que louvava o comportamento da Câmara pelo facto de ter sido pioneira na extensão da diminuição do IMI para todas as pessoas. No que diz respeito às condições, ninguém me ouviu falar do gabinete, pode-se consultar. Eu disse que o PS, que o grupo do Partido Socialista também não tinha boas condições para poder desenvolver o seu trabalho, ninguém me ouviu falar do gabinete, logo, lamentavelmente, mas compreensivelmente, porque mais uma vez refiro que o Senhor Vereador não estava na sala, lamentavelmente, foi mal informado.-----

 --- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a proposta para alienação em hasta pública do prédio sito na Rua Conselheiro Segurado, nº 1 a 5, tornejando com o Largo Rainha D. Amélia, nº 45 em Sintra, designado por “Hotel Netto”, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 773-P/2015.--

 --- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu acho que a proposta fala por si, é realmente a hasta pública do Hotel Netto, as condições são públicas, a ideia é que haja um projeto da Câmara, aprovado pela Câmara, não haverá hasta pública enquanto o projeto não for aprovado completamente, não tem sido fácil, porque o projeto que estava na Câmara era defeituoso em diversíssimas razões, era mesmo inexecutável e, portanto, teve que se fazer um projeto novo, acontece que a entidade de engenharia foi excelente, conseguiu fazer um bom trabalho e o projetista também. Só para dar uma ideia, só dar um pequeno apontamento, para se entender, o projeto que estava na Câmara foi analisado pela Direção Geral do Património que obrigava a que a fachada tivesse que ser mantida, através de um processo que implicava cerca de três milhões de euros de obra, o que não era possível, e foi necessário arranjar um novo processo que não inviabilizasse, obviamente, a obra, e conseguiu-se através dos nossos serviços e também dos serviços de arquitetura. Mesmo assim, aumenta em cerca de trezentos mil euros a obra. Portanto, vai à praça por um milhão de euros, pagamento a pronto, há um desconto de 10% (novecentos mil euros), se for a prazo haverá um período relativamente longo para pagar o Hotel, há uma parte “down payment” que é uma entrada, e depois haverá o segundo pagamento, já com o Hotel aberto e assim sucessivamente. São 38 quartos, há quartos familiares, quartos individuais e suites no último andar, é um lindíssimo projeto, foi apresentado na Vereação, o projeto é francamente bonito, agora vamos ver se nós conseguimos vender o Hotel por aquele preço, vamos tentar. O Hotel custou-nos seiscentos mil euros, este diferencial é a mais-valia, obviamente, que a Câmara introduziu no projeto, é um projeto aprovado, pronto a ser executado e vamos ver se conseguimos realmente vender. ---

 --- O **Deputado Francisco Hermínio Pires dos Santos**, do Grupo **SCMA**, referiu: Naturalmente que é oportuno fazer uma referência ao Hotel Netto, na altura em que, por proposta do senhor Presidente da Câmara pretende vender, em hasta pública, o imóvel adquirido em 2013. Recordemos o que nos disse o senhor Presidente da Câmara naquele ano: “O Hotel Netto tem dois símbolos: O primeiro é que a Câmara não abdica de intervir onde entende que deve intervir. Em segundo lugar, a construção do Hotel Netto vai ser o símbolo da eficácia e da eficiência dos serviços da Câmara”. Mas o senhor Presidente da Câmara disse ainda: “E aí as verbas da União Europeia vão ser muito importantes. Aliás, como sabem, as obras de recuperação do Hotel Netto já é em mais de 50% feitas com verbas europeias. E será na ordem dos 90%

.../...

se conseguirmos que a área de reabilitação urbana seja aprovada”. E mais tarde afirmou: “O Hotel Netto está no coração do centro histórico. Eu espero que o início das obras no Hotel Netto e a sua inauguração seja simbólica, um momento importante da presença da Câmara na requalificação da área de requalificação urbana da vila de Sintra”. Volvidos quase dois anos, propõe que seja colocada à venda a “joia da coroa”, com projetos mandados elaborar pelo município. Estes projetos não custaram menos de 100.000 euros, incluindo neste montante os estudos geológicos, o projeto de arquitetura, os diferentes e numerosos projetos das especialidades, o trabalho dos técnicos municipais e, naturalmente, outras despesas. E também não cobrou 35.000 €, correspondentes valor do Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis, que a Parques de Sintra-Monte da Lua liquidaria ao município.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O Dr. Hermínio continua zangado, percebe-se, queria que isto fosse do Monte da Lua, queria que isto fosse para o Monte da Lua. Quando nós fizemos aqui o direito de opção, votou contra, foi ali àquela tribuna criticar-nos asperamente, queria que continuasse abandonado, como a Ribafria, como tudo o resto, e agora vem aqui dizer o que eu disse, que eu repito hoje, exatamente a mesma coisa. Agora o que não sabia na altura é que havia tanta incompetência, um projeto completamente desajustado. Foi preciso realmente fazer um grande trabalho e não foi nada 100 mil euros, Dr. Herminio, está completamente equivocado, o dinheiro pago ao projetista foi 25 mil euros, está aí provado, não foi mais do isso. Foi pouquíssimo, porque com este dinheiro nós poupamos aquilo que era um problema gravíssimo, isso é que inviabilizava o Hotel Netto, se nós não conseguíssemos arranjar uma solução para a manutenção da fachada em preço normal, o Hotel Netto ficava inviabilizado. Houve sim uma tentativa de fazer um negócio coberto pela Câmara por um privado, isso é que se devia ter em atenção, o que estava em cima da mesa, era o Monte da Lua pedir à Câmara para ficar responsável pelo empréstimo, para depois vender ao Hotel Tivoli, porque o Hotel Tivoli, como privado que era, não podia pedir o empréstimo. E foi isso que nós não quisemos e o senhor não devia zangar-se, porque a Câmara não serve para fazer interesses particulares. Quando está a ser vendido agora, está com o projeto aprovado, como nós entendemos que deve estar e se houver interessados há, se não houver interessados não há, e nós continuaremos. Agora, é uma coisa séria, um trabalho sério, é verdade, os nossos técnicos fizeram um magnífico trabalho, o projetista fez um grande trabalho, e o melhor de todos a engenharia, a engenharia foi de grande nível, aliás, são conhecidos mundialmente. Portanto o Dr. Hermínio hoje o que devia dizer era: “parabéns”. Vamos embora tentar que seja vendido, veja se consegue ter alguém que esteja interessado.-----

--- **Deputado João Elviro da Silva**, do **BE**, referiu: Senhor Presidente, como deve estar lembrado, nós votamos favoravelmente a aquisição pela Câmara do Hotel Netto e tenho presente, do debate na altura, aquilo que o Senhor Presidente e a Câmara colocavam como objetivos. E agora vejo que não é exatamente a mesma coisa e, por isso, é que eu lhe quero fazer algumas perguntas. Falava-se na altura na importância do Hotel Netto e da sua recuperação, inclusive como fator de dinamização daquela área da Vila, de ajudar a dar vida àquela área, inclusive aproveitando para criar um espaço comercial no rés-do-chão do edificado, de modo a que pudesse dinamizar inclusive a própria vida noturna na Vila, tão apagada que está. Também se falava, na altura, no Hostel, na hipótese do Hotel Netto ser transformado num Hostel, ora nós hoje verificamos que não há Hostel, há Hotel de 4 Estrelas. No projeto não estão previstas iniciativas comerciais para a área de rés-do-chão, que contribuam para a dinamização da vida naquela área de Sintra, inclusive na altura falava-se até na atração de jovens, que ajudasse de facto a novas dinâmicas. Eu gostava de saber o que é que levou a esta viragem na Câmara, porque é que a Câmara

mudou os objetivos iniciais que tinha. Também gostava de fazer uma pergunta no seguinte sentido: A Câmara adquiriu o Hotel Netto por seiscentos mil, como foi na altura aqui debatido, e hoje propõe-se vendê-lo por um milhão, ou novecentos mil, depende da forma do pagamento, a minha pergunta dirige-se um pouco neste sentido, de então para cá evidentemente que houve despesas, há possibilidades de ter conhecimento quais foram as despesas realizadas efetivamente? Para termos uma visão de quais os dividendos reais que a Câmara vai obter. E também, a dada altura, falava-se de que a Câmara estaria preparada para pegar nos dividendos desta venda para os investir na dinamização da Vila de Sintra? Há ideia sobre isso, quais são? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O Senhor Deputado João Silva tem razão, ouve alterações à medida que o projeto foi sendo desenvolvido. Inicialmente já havia um projeto que não contemplava nada disso e, inicialmente, a nossa ideia era realmente, se fosse possível, fazer cá em baixo uma cervejaria, ou alguma coisa que pudesse animar, só que se fizéssemos isso não tínhamos quartos, e abaixo de 38 quartos, mesmo 38 quartos, é estar no limite da rentabilidade. Nós vamos ver como é que vai correr a praça. De 38 quartos, se nós diminuíssemos, e cá em baixo cada quarto será uma janela, com o mínimo de 15 metros quadrados, se nós fizéssemos isso ficávamos com o Hotel com muitíssimos poucos quartos, não podíamos rentabilizar, houve a necessidade de se mudar, para esse efeito. Em relação ao Hostel, também é a mesma história, a rentabilidade daquele espaço é para um Hotel. Em relação à juventude tem razão, é por isso que nós estamos a negociar com a REFER uma Pousada de Juventude que vamos fazer aqui, perto da Estação, naquele edifício que era da REFER e que está abandonado. Estamos em negociações com a REFER, estamos à espera que o projeto seja feito, para instalar ali a Pousada de Juventude. Agora, realmente é verdade, tem razão, no Hotel houve necessidade de fazer alterações e aquilo que se gastou foi muito pouco, porque o projeto já existia, o que nós tivemos foi de corrigir o projeto e fazer as especialidades. Portanto, a despesa não foi muito grande, foi cerca de 25 mil euros para o arquiteto e não sei se foi mais alguma coisa, o resto é a mais-valia da Câmara, é evidente que a Câmara tem que fazer os seus negócios, quando está a vender tem que vender pelo melhor preço.-----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: **43**-----

--- Votos contra: **00**-----

--- Abstenções: **00**-----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos **4 a 9** da Ordem de Trabalhos.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só um pequeno registo, não resisto a fazer, em relação ao ponto 4, estamos a fazer uma ARU numa AUGI. Pela primeira vez há uma ARU numa AUGI, que é uma coisa extremamente importante para nós, para a Câmara. -----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona**, da CDU, referiu: Muito rapidamente, eu julgo que tudo o que possamos fazer para agilizar a Reabilitação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal só pecará de facto por ser tardio, tantos foram os anos a que as populações das AUGI foram votadas ao abandono por parte do Município. As AUGI são áreas naturalmente carentes de equipamentos coletivos, carentes de espaços verdes, carentes de acessibilidades, carentes, enfim, de todas as infraestruturas mais básicas, até por exemplo, carentes do abastecimento de água, como acontece em algumas delas. E a propósito, abro só um parêntese, para nos congratularmos com o facto de os SMAS ter como uma das suas prioridades atuais, o abastecimento de água à AUGI de “Casal do Brejo”, que envolve, salvo erro, cerca de 141 famílias, que será o número de lotes construídos atualmente. Concluindo, a constituição das áreas de reabilitação urbana numa AUGI e, em concreto, a constituição desta ARU do Bairro de Vale da Moura, nos limites da União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, tendo como entidade gestora o Município de Sintra, e muito bem, vai permitir, por exemplo, a adoção de benefícios fiscais associados ao regime de IVA e vai motivar, naturalmente, uma intervenção integrada por parte do Município. Merece por isso e naturalmente a aprovação da CDU e o nosso voto será portanto favorável à proposta que nos é apresentada. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu não quero deixar de sublinhar e agradecer a sua intervenção, porque é realmente importante. Mas em relação ao “Casal do Brejo”, é bom que os colegas e a Assembleia saibam o que é que se passa aqui. O Casal do Brejo não tinha água, a 20 Km de Lisboa não tinham água, uma coisa nunca vista. E nós no SMAS, das primeiras coisas que fizemos, havia dúvidas e não foi fácil, porque é um apoio muito grande ao Casal do Brejo, o SMAS fez a ligação principal e dá um forte contributo para a ligação às casas. Acho que é um excelente trabalho que foi feito nos SMAS e é um dinheiro muito bem aplicado. Creio que é a última AUGI que não tem água, a partir de agora todas as AUGI do nosso Concelho têm água e saneamento. Se faltarem são três, mas não é completamente, três não estão com a rede toda. Quando nós chegamos aqui eram mais de vinte, portanto, isso é um trabalho muito importante. O Eng.º Infante costuma dizer que se fez mais neste ano e meio do que nos últimos 50 anos, e é capaz de ter razão. Agora, há realmente aqui uma necessidade muito grande de trabalhar com os interessados e fazer as obras, nós não temos ajudado financeiramente, não temos, como sabe nem podemos nem devemos. Agora, o que temos é dado o apoio todo, tudo o que tem a ver com materiais, isenções, apoio completo, participação nas Assembleias, tudo isso. E acho que há um trabalho que se está a percorrer com a nova legislação que tem o dedo desta Câmara, a nova legislação tem o dedo desta Câmara, foi em larga medida feita aqui, por nós, pelo Eng.º Infante e pelo nosso serviço jurídico. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço. -----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a delimitação como Área de Reabilitação Urbana do BAIRRO VALE DE MOURA, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 752-P/2015. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: **43** -----

--- Votos contra: **00** -----

--- Abstencões: 00-----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a proposta aquisição de parcelas de terreno e a sua afetação ao domínio público municipal, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 754-P/2015.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43-----

--- Votos contra: 00-----

--- Abstencões: 00-----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a proposta de repartição de encargos para o ano de 2016, constante do anexo I, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 756-P/2015.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43-----

--- Votos contra: 00-----

--- Abstencões: 00-----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar a informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira da Câmara Municipal de Sintra e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, nos termos da alínea e) do artigo 77º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, acompanhada dos documentos de gestão reportados ao primeiro semestre de 2015 (Propostas nº 722-P/2015 e 723-P/2015).**-----

--- A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento.-----

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: **Tomar conhecimento das contas semestrais, nos termos das alíneas a) e b) do artigo 25º da Lei nº 75/2013:**

a) Proposta nº 721-PM/2015 – EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra;

b) Proposta nº 719-P/2015 – EDUCA (sociedade em liquidação);

c) Proposta nº 720-P/2015 – HPEM (sociedade em liquidação);

d) Proposta nº 748-P/2015 – SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação).-----

--- A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento.-----

.../...

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: **Tomar conhecimento dos documentos de gestão reportados ao exercício económico de 2014, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013:**

a) Proposta nº 617-P/2015 – AMTRES;

b) Proposta nº 650-P/2015 – Associação Centro Ciência Viva de Sintra.-----

 --- A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento.-----

 --- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 27º, nºs 3 e 4 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 1ª sessão extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2013, a assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 3**).-----

 --- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 23h00m.-----

 --- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrés

O 2º SECRETÁRIO

Rui Miguel Magalhães Castelhana

.../...

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA**
Entrada nº: 127
Data: 29 SET 2015

DOC. N.º 1

PCP-PEV



Moção

Sobre a Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa

Considerando:

Que estes movimentos migratórios e de imigrantes são autênticas fugas à pobreza, à guerra e à morte. As centenas de milhar de seres humanos e de famílias inteiras que arriscam a vida em luta pela sua sobrevivência carregam consigo histórias dramáticas de vida. O seu inalienável direito à vida e à dignidade é um princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas;

Que se deve sublinhar que esta dura realidade é uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante - o capitalismo, e tem causas e responsáveis: os processos de desestabilização em vários pontos do globo e as guerras de agressão imperialistas, a política de domínio económico e de saque dos recursos naturais;

Que é deplorável a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando no direito à sobrevivência de milhões de seres humanos uma ameaça, abrindo campo ao racismo e xenofobia e às acções criminosas de grupos fascistas;

Que a visão de total discriminação na resposta a dar aos problemas humanitários colocados a pretexto da distinção entre refugiados e migrantes é reprovável e condena frontalmente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que a pretexto do drama humanitário criado pelas políticas dos EUA, da NATO e da União Europeia apontam o caminho de novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano.

Que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos, incluindo sociais e laborais, e do direito dos povos ao desenvolvimento; pelo abandono da política de repressão e de militarização desta questão - que apenas aprofunda as causas e alimenta as redes de imigração ilegais; pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas da imigração em massa - ou seja pelo fim das políticas de guerra e ingerência, pelo fim das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência dos Estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.

Face à dimensão do drama humano do movimento de refugiados e imigrantes oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente, os eleitos do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista «Os Verdes» propõem que a Assembleia Municipal de Sintra, reunida a 30 de Setembro de 2015, delibere:

1. Expressar a sua solidariedade aos povos vítimas da ingerência e agressão externa - designadamente ao povo da Síria que está hoje a constituir o maior contingente de refugiados - e aos povos vítimas de exploração e de saque dos recursos naturais e de negação dos seus mais básicos direitos económicos e sociais;

2. Que o governo português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado português para com os povos vítimas das agressões e políticas anteriormente referidas;

4. Remeter a presente moção para:

Presidente da República

Presidente da Assembleia da República

Grupos Parlamentares da Assembleia da República

Primeiro-ministro

Comissão Europeia

Redacção da Agência Noticiosa Nacional - LUSA.



DOC. N.º 2

SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

30.setembro.2015

1. a) *Expediente e Informações*

1. *Compilação de tomadas de posição/deliberações remetidas à Assembleia Metropolitana de Lisboa pelas autarquias e entidades intermunicipais.*
2. *Editais nº 46/CML/2015 - Conselho Metropolitano de Lisboa.*
3. *Gabinete da Secretaria Estado da Administração Local – Assinatura de Contratos de Financiamento para apoiar a Implementação de Projetos de partilha e integração de serviços entre municípios.*
4. *Le Parisien – Fontainebleau va se marier avec la ville portugaise de Sintra.*
5. *Ata nº 21/CEML/2015 – Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa.*
6. *Editais nº 44 e 45/CML/2015 – Conselho Metropolitano de Lisboa.*
7. *Câmara Municipal de Sintra – Plano Municipal para o Acolhimento e a Integração de Refugiados no Concelho de Sintra.*
8. *Ata nº 22/CEML/2015 – Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa.*
9. *Ata da C.M.S. nº 15/2015.*

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Venâncio Andrês

O 2º SECRETÁRIO

Rui Miguel Magalhães Castelhana



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



DOC. N.º 3

SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Textos aprovados em minuta)

--- No dia trinta do mês de setembro do ano dois mil e quinze, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª Sessão Ordinária, convocada nos termos do Artigo 27º e nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 31º do Regimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2013 a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Hocedã apresentada pelo grupo político municipal da 'EDU' sobre a situação dos refugiados e Semigrantes na Europa - APROVADO POR PLACAR

--- PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: - "Apreciar e votar a proposta para alienação em hasta pública do prédio sito na Rua Conselheiro Segurado, nº 1 a 5, tornejando com o Largo Rainha D. Amélia, nº 45 em Sintra, designado por "Hotel Netto", nos termos da respetiva proposta" - Proposta nº 773-P/2015)-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço.-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43-----

--- Votos contra: 0-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Abstencões: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a delimitação como Área de Reabilitação Urbana do BAIRRO VALE DE MOURA, nos termos da respetiva proposta" - (Proposta nº 752-P/2015)

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço. -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstencões: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta aquisição de parcelas de terreno e a sua afetação ao domínio público municipal, nos termos da respetiva proposta"- (Proposta nº 754-P/2015)

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço. -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstencões: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta de repartição de encargos para o ano de 2016, constante do anexo I, nos termos da respetiva proposta"- (Proposta nº 756-P/2015).-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço. -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstencões: 0 -----





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: “Apreciar a informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira da Câmara Municipal de Sintra e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, nos termos da alínea e) do artigo 77º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, acompanhada dos documentos de gestão reportados ao primeiro semestre de 2015”- (Propostas nº 722-P/2015 e 723-P/2015). -----

--- A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. -----

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: “Tomar conhecimento das contas semestrais, nos termos das alíneas a) e b) do artigo 25º da Lei nº 75/2013:

- a) Proposta nº 721-PM/2015 – EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra;
- b) Proposta nº 719-P/2015 – EDUCA (sociedade em liquidação);
- c) Proposta nº 720-P/2015 – HPEM (sociedade em liquidação);
- d) Proposta nº 748-P/2015 – SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação).

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: Tomar conhecimento dos documentos de gestão reportados ao exercício económico de 2014, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013:

- a) Proposta nº 617-P/2015 – AMTRES;
- b) Proposta nº 650-P/2015 – Associação Centro Ciência Viva de Sintra.

--- A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. -----

--- Sintra, 30 de setembro de 2015 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

O 2º SECRETÁRIO

Rui Miguel Magalhães Castelhana



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL